

The logo consists of the letters 'AG' in a bold, white, sans-serif font, set against a dark blue square background.

ANDRADE
GUTIERREZ

ANDRADE GUTIERREZ PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações financeiras para o
exercício findo em 31 de dezembro

2020

CONTEÚDO

Relatório dos Auditores Independentes;

Balanco patrimonial;

Demonstração dos resultados;

Demonstração dos resultados abrangentes;

Demonstração das mutações do patrimônio líquido;

Demonstração dos fluxos de caixa;

Notas explicativas às demonstrações financeiras.

SUMÁRIO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	3
BALANÇO PATRIMONIAL	6
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	7
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	8
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11
1. CONTEXTO OPERACIONAL	11
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	15
3. CONSOLIDAÇÃO	21
4. SEGMENTOS	21
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	22
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	22
7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	23
8. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	23
9. INTANGÍVEL.....	31
10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	32
11. DEBÊNTURES A PAGAR	32
12. PARTES RELACIONADAS	36
13. PROVISÕES PARA PERDAS E RISCOS.....	37
14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	38
15. RECEITA LÍQUIDA De SERVIÇOS PRESTADOS	39
16. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DOS CUSTOS E DESPESAS RECONHECIDOS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	39
17. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDO.....	40
18. RESULTADO FINANCEIRO	40
19. RESULTADO POR AÇÃO	40
20. GESTÃO DE RISCOS E ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	42
21. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – PRINCIPAIS TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA	45
22. OUTROS ASSUNTOS.....	45
23. EVENTOS SUBSEQUENTES	45
24. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	49

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****Aos Conselheiros e Diretores da
Andrade Gutierrez Participações S.A.
Belo Horizonte - MG****Opinião com ressalva**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Andrade Gutierrez Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelo assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Andrade Gutierrez Participações S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na nota explicativa nº 8 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a investida direta da Companhia CCR S.A. e determinadas empresas do Grupo CCR, celebraram Termo de Autocomposição com o Ministério Público do Estado de São Paulo e Acordo de Leniência com o Ministério Público Federal – Procuradoria da República no Paraná ("Instrumentos"). Os efeitos relevantes desses instrumentos foram refletidos nas demonstrações financeiras da investida. As investigações das autoridades públicas não foram concluídas e, dessa forma, novas informações podem ser reveladas no futuro. A CCR não pôde apresentar aos seus auditores a totalidade das informações e documentação correlata, por estarem protegidas por segredo de justiça, conforme mencionado na referida nota explicativa. No momento, não é praticável determinar se há perda provável decorrente de obrigação presente em vista de evento passado e nem fazer uma mensuração razoável quanto a eventuais novas provisões passivas sobre este assunto nestas demonstrações financeiras. Consequentemente, não foi possível determinar se teria havido a necessidade de efetuar ajustes e/ou divulgações adicionais nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2020 e informações correspondentes divulgadas para fins de comparação.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Processo de investigação em investidas indiretas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 8, que descreve que a investida indireta Madeira Energia S.A. e a investida indireta Santo Antônio Energia S.A. estão sob investigação e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público, em função de suposto envolvimento de empresas que prestavam serviços à esta investida com alegações de possíveis atividades ilegais, incluindo empresas pertencentes aos grupos econômicos de acionistas que eram membros do Consórcio Construtor Santo Antônio ("CCSA"). A administração da investida contratou escritório jurídico independente que emitiu seu relatório, apresentado à Comissão e ao Conselho de Administração, em que se conclui que não há evidências que corroborem as alegações preliminarmente investigadas, salvo novos desdobramentos futuros em decorrência das investigações e correspondentes medidas legais ainda não concluídas, de acordos de leniência e ou de termos de colaboração firmados com as autoridades brasileiras. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 01 de abril de 2021

**MOORE STEPHENS CONSULTING NEWS
AUDITORES INDEPENDENTES
CRC- MG 6.494/0-4**


**Adelmo de Oliveira
Contador CRC - MG 46.235**


**Alexandre C Freitas
Contador CRC – MG 60.762**

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)

ATIVO	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	14.537	4.021	14.538	4.036
Títulos e valores mobiliários	6	9.996	32.778	9.996	32.778
Contas a receber de clientes		14.338	11.670	14.338	11.670
Adiantamentos		1.019	1.082	1.019	1.082
Impostos e contribuições a recuperar	7	2.690	6.140	2.719	6.169
Crédito com partes relacionadas	12	-	1.305	-	1.305
Dividendos a receber	12	6.765	-	6.765	-
Demais ativos		615	322	615	322
Total do ativo circulante		49.960	57.318	49.990	57.362
NÃO CIRCULANTE					
Ativo realizável a longo prazo:					
Crédito com partes relacionadas	12	269.750	225.369	269.750	225.369
Total realizável a longo prazo		269.750	225.369	269.750	225.369
Investimentos	8	1.501.513	1.591.912	1.501.486	1.591.872
Imobilizado		19	38	19	38
Intangível	9	17.025	30.936	17.025	30.936
Direitos de uso de arrendamentos		108	1.404	108	1.404
Total do ativo não circulante		1.788.415	1.849.659	1.788.388	1.849.619
TOTAL DO ATIVO		1.838.375	1.906.977	1.838.378	1.906.981

PASSIVO	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTE					
Debêntures a pagar	11	408.930	38.999	408.930	38.999
Financiamentos com arrendamentos		85	1.349	85	1.349
Fornecedores		7.635	6.361	7.635	6.361
Débitos com partes relacionadas	12	10.367	3.201	10.367	3.201
Salários e obrigações sociais		1.976	2.293	1.976	2.293
Impostos e contribuições a recolher	10	1.343	1.464	1.346	1.468
Demais obrigações		3.776	12.244	3.776	12.244
Total do passivo circulante		434.112	65.911	434.115	65.915
NÃO CIRCULANTE					
Debêntures a pagar	11	1.765.847	2.151.552	1.765.847	2.151.552
Financiamentos com arrendamentos		-	112	-	112
Débitos com partes relacionadas	12	41	41	41	41
Provisões para perdas e riscos	13	112.750	81.500	112.750	81.500
Total do passivo não circulante		1.878.638	2.233.205	1.878.638	2.233.205
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	14	2.377	2.377	2.377	2.377
Ações em tesouraria		(85)	(85)	(85)	(85)
Ajustes de avaliação patrimonial		(97.998)	(163.722)	(97.998)	(163.722)
Prejuízos acumulados		(378.669)	(230.709)	(378.669)	(230.709)
Total do patrimônio líquido		(474.375)	(392.139)	(474.375)	(392.139)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.838.375	1.906.977	1.838.378	1.906.981

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS PRESTADOS	15	157.479	138.555	157.479	138.555
Custos dos serviços prestados	16	(72.615)	(52.732)	(72.615)	(52.732)
LUCRO BRUTO		84.864	85.823	84.864	85.823
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas	16	(55.473)	(34.795)	(55.483)	(34.850)
Resultado de equivalência patrimonial	8	(12.411)	193.462	(12.398)	193.461
Provisões para perdas e risco		(31.023)	(81.534)	(31.023)	(81.534)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquido	17	1.483	(90.358)	1.483	(90.356)
		(97.424)	(13.225)	(97.421)	(13.279)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LIQUIDAS E IMPOSTOS		(12.560)	72.598	(12.557)	72.544
RESULTADO FINANCEIRO	18				
Receitas financeiras		10.316	14.376	10.316	14.431
Despesas financeiras		(146.234)	(206.015)	(146.237)	(206.016)
Despesas financeiras líquidas		(135.918)	(191.639)	(135.921)	(191.585)
RESULTADO ANTES DAS TRIBUTAÇÕES		(148.478)	(119.041)	(148.478)	(119.041)
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	-	-	-
		-	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(148.478)	(119.041)	(148.478)	(119.041)
RESULTADO LÍQUIDO BÁSICO POR AÇÃO (R\$)	19				
por ação ordinária		(0,1077)	(0,0864)	(0,1077)	(0,0864)
por ação preferencial		(0,1185)	(0,0950)	(0,1185)	(0,0950)
RESULTADO LÍQUIDO DILUÍDO POR AÇÃO (R\$)	19				
por ação ordinária		(0,0947)	(0,0751)	(0,0947)	(0,0751)
por ação preferencial		(0,0906)	(0,0662)	(0,0906)	(0,0662)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora e Consolidado			
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Resultado líquido do exercício		(148.478)	(119.041)	(148.478)	(119.041)
Valores que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício quando condições específicas forem atendidas:					
Ajustes de avaliação patrimonial, reflexos	8	65.724	(1.379)	65.724	(1.379)
Alteração de participação em investida (SAAG)	8	-	(772)	-	(772)
		65.724	(2.151)	65.724	(2.151)
Resultado abrangente total do exercício		(82.754)	(121.192)	(82.754)	(121.192)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva legal	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		2.377	-	4.011	(161.571)	(116.196)	(271.379)
<i>Transação de capital</i>							
Apropriação do lucro não realizado	8	-	-	-	-	517	517
Ações em tesouraria adquiridas	14	-	(85)	-	-	-	(85)
Absorção de prejuízo		-	-	(4.011)	-	4.011	-
<i>Resultados abrangentes</i>							
Resultado do período		-	-	-	-	(119.041)	(119.041)
Ajuste de avaliação patrimonial reflexo	8	-	-	-	(1.379)	-	(1.379)
Variação de participação na SAAG	8	-	-	-	(772)	-	(772)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		2.377	(85)	-	(163.722)	(230.709)	(392.139)
<i>Transação de capital</i>							
Apropriação do lucro não realizado	8	-	-	-	-	518	518
<i>Resultados abrangentes</i>							
Resultado do exercício		-	-	-	-	(148.478)	(148.478)
Ajuste de avaliação patrimonial reflexo	8	-	-	-	65.724	-	65.724
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		2.377	(85)	-	(97.998)	(378.669)	(474.375)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Resultado do exercício		(148.478)	(119.041)	(148.478)	(119.041)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:					
Juros e variações monetárias, líquido	18	110.629	160.972	110.629	160.972
Depreciação e amortização	9,16	15.164	1.314	15.164	1.314
Equivalência patrimonial	8	12.411	(193.462)	12.398	(193.462)
Resultado na venda das debêntures da LIQ		-	88.159	-	88.159
Variação no percentual de participação em investidas	8	(1.495)	-	(1.495)	-
Constituição de provisão para perdas e riscos	13	31.691	81.534	31.691	81.534
Custo na emissão de debêntures		6.580	6.402	6.580	6.402
		26.502	25.878	26.489	25.878
Variações nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber		(2.668)	(32)	(2.668)	(32)
Impostos e contribuições a recuperar		3.450	9.386	3.450	9.386
Partes relacionadas	8	7.166	-	7.166	-
Fornecedores		1.274	596	1.274	596
Salários e obrigações sociais		(317)	(7.518)	(317)	(7.518)
Impostos e contribuições a recolher		(121)	(1.551)	(121)	(1.551)
Pagamento de provisão para perdas e riscos	13	(441)	-	(441)	-
Outros ativos e passivos		(8.391)	2.032	(8.392)	2.018
		(48)	2.913	(49)	2.899
Encargos financeiros pagos	11	(109.218)	(159.484)	(109.218)	(159.484)
Encargos financeiros pagos sobre arrendamentos		(27)	(70)	(27)	(70)
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	8	144.613	230.064	144.613	230.064
		35.368	70.510	35.368	70.510
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de operacionais		61.822	99.301	61.808	99.287
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Títulos e valores mobiliários		12.941	1.878	12.941	1.878
Aumento de capital em investidas	8	(5.788)	(12.348)	(5.788)	(12.348)
Partes relacionadas		(36.359)	(176.442)	(36.359)	(176.442)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(29.206)	(186.912)	(29.206)	(186.912)
FLUXO DE CAIXA GERADO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS					
Pagamento de debêntures	11	(30.565)	(335.487)	(30.565)	(335.487)
Captação de empréstimos		-	375.000	-	375.000
Pagamento de arrendamentos		(1.376)	(1.221)	(1.376)	(1.221)
Venda das debêntures da LIQ		-	2.250	-	2.250
Caixa líquido (aplicado nas) provenientes das atividades de financiamentos		(31.941)	40.542	(31.941)	40.542
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		675	(47.069)	661	(47.083)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	4.021	51.090	4.036	51.119
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	4.696	4.021	4.697	4.036

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Andrade Gutierrez Participações S.A. (“Companhia” ou “AGPAR”), sediada na Avenida do Contorno, nº 8.123 em Belo Horizonte, Minas Gerais, é uma *holding* que tem como principal objetivo a participação no capital de empresas que atuam na concessão de serviços públicos e/ou privados. A Companhia cabe o papel de definir estratégias e monitorar resultados.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou patrimônio líquido negativo de R\$474.375 e prejuízo corrente de R\$148.478. Os resultados da AGPAR dos últimos exercícios foram negativamente afetados por eventos não recorrentes, como o reconhecimento de provisão para contingências, o resultado negativo de venda de debêntures, e o reconhecimento, por uma das investidas, de despesas assumidas no âmbito de acordo de leniência. O reconhecimento das despesas financeiras sobre os financiamentos também tem contribuído para a redução dos resultados. Em 2020, houve ainda impactos negativos sobre os resultados e dividendos de suas investidas, causados pela redução de resultados operacionais em consequência da pandemia do COVID-19.

A AGPAR, por ser uma *holding*, tem uma estrutura patrimonial diferente da maioria das empresas operacionais. Como isto, ela administra sua estrutura de capital visando sua capacidade de continuidade operacional de maneira a oferecer retorno aos seus acionistas e benefícios aos demais *stakeholders*. Busca também manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custos. As ações que são tomadas nesse sentido, passam pela análise e adequação de seu endividamento, buscando alternativas para manter equilibrada sua estrutura de dívidas à luz da situação atual e expectativas de resultados futuros. A Companhia está atualmente conversando com os seus credores para renegociar suas dívidas de modo a adequar o fluxo de vencimentos com o atual cenário. A Companhia avalia constantemente seus investimentos no sentido de promover avaliações de oportunidade e momento adequados para realização de eventuais desinvestimentos que possam contribuir como forma alternativa de geração de caixa. O valor de mercado das participações societárias dadas em garantia para os credores supera o saldo das dívidas que garantem na Companhia. Além disto, considerando o contexto do grupo econômico ao qual a Companhia está inserido, a Administração também pode avaliar possibilidades de eventual suporte financeiro de outras Companhias do Grupo AG.

Segmentos de atuação

A Companhia revisou a composição dos seus segmentos de atuação, que são independentes entre si e cada qual responsável pela condução de seus respectivos interesses, visando refletir a forma pela qual a Administração da Companhia faz a gestão de seus negócios. Dessa forma, foram estabelecidos quatro segmentos de atuação: a) Rodovias, Mobilidade Urbana e Aeroportos (anteriormente Segmento Concessões); b) Madeira Energia; c) Arenas (anteriormente Segmento Outros); e d) Segmento Outros.

Considerando a nova segregação dos segmentos, apresentamos abaixo a composição de cada um deles. Informações adicionais sobre os segmentos e seus respectivos investimentos estão demonstrados na nota explicativa nº 8. Exceto pela participação mencionada no item 1.4.2 e 1.4.3, a composição das investidas da Companhia se mantém a mesma daquela apresentada nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

1.1 Segmento Rodovias, Mobilidade Urbana e Aeroportos

O segmento Rodovias, Mobilidade Urbana e Aeroportos é representado pelos investimentos de 14,86% do capital social da CCR S.A. (“CCR”) e de 33,33% do capital social da Companhia Operadora de Rodovias (“COR”), bem como a participação de 32,67% no Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra (“COPER”).

1.1.1 Controlada em conjunto CCR

Viabilizar soluções de investimentos e serviços em infraestrutura, essa é a principal contribuição da CCR para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental das regiões onde atua. A CCR é um dos maiores grupos privados de concessões de infraestrutura da América Latina. O objeto social da CCR permite que atue no setor de concessões de rodovias, aeroportos, vias urbanas, pontes e túneis, além do setor de infraestrutura metroviária e outras atividades que estejam ligadas a essas, bem como participações em outras sociedades.

A CCR é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede em São Paulo, Capital, constituída de acordo com as leis brasileiras e com ações negociadas na BM&F Bovespa (B3 ou B3 - Brasil, Bolsa, Balcão) sob a sigla "CCRO3".

Atualmente, o Grupo CCR é responsável por 3.968,58 quilômetros de rodovias da malha concedida nacional nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul e Santa Catarina, sendo que em 3.878,00 quilômetros é responsável pela administração e em 90,58 quilômetros apenas pela conservação e manutenção. As rodovias do Grupo CCR estão sob a gestão das concessionárias CCR NovaDutra, CCR ViaLagos, CCR RodoNorte, CCR AutoBAn, CCR ViaOeste, CCR RodoAnel Oeste, CCR SPVias, CCR MSVia, CCR ViaSul, Renovias e ViaRio.

Além da atuação em concessões rodoviárias, a CCR busca investir em outros negócios. Exemplo disso são as suas participações, diretas ou indiretas, nas empresas ViaQuatro (Linha 4-Amarela do Metrô de São Paulo), Metrô Bahia (Metrô de Salvador - Lauro de Freitas), ViaMobilidade (Linha 5 e 17-Lilás e Ouro do Metrô de São Paulo), Linha 15 (Linha 15-Prata do Metrô de São Paulo), Samm (transmissão de dados em alta capacidade por meio de fibras óticas implantadas ao longo de rodovias e da Linha 4 do Metrô de São Paulo), Barcas (transporte aquaviário de passageiros), VLT Carioca (transporte de passageiros através de veículos leves sobre trilhos), BH Airport (Aeroporto Internacional Tancredo Neves), Quiport, Aeris, CAP (operadoras dos Aeroportos Internacionais de Quito, San Jose e Curaçao, respectivamente), Quicko (programa de fidelização de clientes) e TAS (prestadora de serviços em aeroportos dos Estados Unidos da América).

Fazem parte do Grupo CCR as seguintes empresas:

Participações diretas da CCR

- Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (CCR NovaDutra)
- Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. (CCR ViaLagos)
- Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. (CCR Ponte)
- RodoNorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (CCR RodoNorte)
- Companhia de Participações em Concessões (CPC)
- Parques Serviços Ltda. (Parques)
- CIIS - Companhia de Investimentos em Infraestrutura e Serviços. (CIIS)
- Samm - Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda. (Samm)
- Sociedade de Participação em Concessões Públicas S.A. (SPCP)
- Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (ViaQuatro)
- Concessionária ViaRio S.A. (ViaRio)
- Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A. (ViaMobilidade) e sua subsidiária integral Five Trilhos – Administração e Participações S.A. (Five Trilhos)
- Infra SP Participações e Concessões S.A. (CCR Infra SP)
- Companhia de Investimentos e Participações (CIP)
- Concessionária da Linha 15 do Metrô de São Paulo S.A. (Linha 15)
- Concessionária Catarinense de Rodovias S.A. (CCR ViaCosteira)
- RS Holding e Participações S.A. (RS Holding) e sua subsidiária integral Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. (CCR ViaSul)

Participações indiretas da CCR por meio de sua controlada CCR Infra SP (Infra SP)

- Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. (CCR AutoBAn)
- Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. (CCR ViaOeste)
- Concessionária do RodoAnel Oeste S.A. (CCR RodoAnel Oeste)
- Renovias Concessionária S.A. (Renovias)
- Rodovias Integradas do Oeste S.A. (CCR SPVias)
- Inovap 5 Administração e Participações Ltda. (Inovap 5)

Participações indiretas da CCR por meio de sua controlada CIP

- Controlar S.A. (Controlar) (em fase de liquidação)

Participações indiretas da CCR por meio de sua controlada CPC

- CCR España - Concesiones y Participaciones S.L. (CCR España)
- CCR España Emprendimientos S.L.U. (CCR España Emprendimientos)
- Alba Concessions Inc. (Alba Concessions)
- Alba Participations Inc. (Alba Participations)
- Barcas S.A. - Transportes Marítimos (CCR Barcas) e sua controlada ATP - Around The Pier Administração e Participações Ltda. (ATP)
- Green Airports Inc. (Green Airports), sua controlada em conjunto (controlada indireta da CPC), Inversiones Bancnat S.A. (IBSA BVI) e a controlada desta, IBSA Finance (Barbados) Inc. (IBSA Finance)
- Companhia do Metrô da Bahia (CCR Metrô Bahia)
- Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A. (CCR MSVia)
- Sociedade de Participação no Aeroporto de Confins S.A. (SPAC) e sua controlada Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A. (BH Airport)
- CIM - Companhia de Infraestrutura em Mobilidade (CCR Mobilidade)
- Lam Vias Participações e Concessões S.A. (CCR Lam Vias)
- International Airport Finance, S.A. (IAF)

Participações indiretas da CCR por meio de sua controlada indireta CCR España Emprendimientos

- Quiport Holdings S.A. (Quiport Holdings) e suas controladas, Ícaros Development Corporation S.A. (Ícaros) até 18 de agosto de 2019 e Corporación Quiport S.A. (Quiport)
- Quito Airport Management S.A. (Quiama) e sua controlada Quito Airport Management Ecuador Quiamaecuador S.A. (Quiama Ecuador)
- CCR USA Management Inc. (CCR USA) e sua controlada Total Airport Services Inc. (TAS)

Participações indiretas da CCR por meio de sua controlada indireta CCR España

- MTH Houdster En Maritien Transport B.V. (MTH).
- Companhia de Participações Aeroportuárias (CPA), sua controlada em conjunto Curaçao Airport Investments N.V. (CAI) e as controladas desta, Curaçao Airport Real Estate Enterprise N.V. (CARE) e Curaçao Airport Partners N.V. (CAP).
- CCR Costa Rica Emprendimientos (CCR Costa Rica), suas controladas em conjunto (controladas da CCR España), Grupo de Aeropuertos Internacional AAH SRL (Aeropuertos), Desarrollos de Aeropuertos AAH SRL (Desarrollos) e Terminal Aérea General AAH SRL (Terminal) e a controlada destas, Aeris Holding Costa Rica S.A. (Aeris).
- SJO Holding Ltd., sua controlada (controladas da CCR España), CCR Costa Rica Concesiones y Participaciones S.A., e suas controladas em conjunto (Grupo de Aeropuertos Internacional AAH SRL, Desarrollos de Aeropuertos AAH SRL e Terminal Aerea General AAH SRL) e a controlada destas, Aeris Holding Costa Rica S.A.(Aeris). Além disso, sua controlada em conjunto IBSA Bancnat (IBSA BVI) e a controlada desta, IBSA Finance (Barbados) Inc. (IBSA Finance).

Participações indiretas da CCR por meio de sua controlada CIIS

- Concessionária do VLT Carioca S.A. (VLT Carioca)
- Toronto S.A. - Desenvolvimento e Participações (Quicko)

1.1.2 Controlada em conjunto COR

É uma sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social a prestação de serviços relacionados com a operação de rodovias, compreendendo serviços de controle, inspeção e fiscalização de trânsito, serviços de atendimento emergencial, médico e mecânico, serviços de comunicação e informação aos usuários, serviço de arrecadação de pedágio, serviços de pesagem de veículos, serviços de manutenção de equipamentos mecânicos e eletroeletrônicos.

1.1.3 Controlada em conjunto COPER

Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra (“COPER”), que realiza a prestação de serviços de operação e manutenção da Rodovia Presidente Dutra – BR 116 / RJ-SP, cujo contrato de concessão para exploração da rodovia, que inicialmente iria até 28 de fevereiro de 2021, foi prorrogado para 28 de fevereiro de 2022. Entretanto, essa extensão de prazo no contrato de concessão não se aplica ao contrato entre o COPER e a Concessionária, que foi

encerrado em 28 de fevereiro de 2022. Com isto, o COPER deixa de ter qualquer atividade operacional, e o seu prazo de encerramento será o necessário para a liquidação de todas as obrigações e direitos decorrentes de suas atividades.

1.2 Segmento Madeira Energia

O segmento Madeira Energia é representado pela participação da Companhia em 16,58% do capital total, sendo 49,33% do capital votante, da controlada em conjunto SAAG Investimentos S.A. ("SAAG") que, por sua vez, investe diretamente na Madeira Energia S.A. ("MESA"), com 10,53% do total de suas ações.

1.2.1 Controlada em conjunto SAAG

A SAAG é uma sociedade por ações, de capital fechado, que tem por objetivo social a participação no capital social da Madeira Energia S.A. e é uma *holding* controlada pelo Fundo de Investimento em Participações Melbourne ("FIP Melbourne") e a Companhia. Conforme mencionado anteriormente, a Companhia possui 16,58% do capital total da SAAG.

1.2.2 Coligada indireta Madeira Energia

A Madeira Energia S.A. "MESA" é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 27 de agosto de 2007, com sede no município de São Paulo, e é a *holding* da empresa Santo Antônio Energia S.A., que tem como objetivo a operação e manutenção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio e de seu sistema de transmissão, em trecho do Rio Madeira, município de Porto Velho, estado de Rondônia, assim como a condução de todas as atividades necessárias à operação da referida hidrelétrica e de seu sistema de transmissão associado.

A Usina Hidrelétrica Santo Antônio tem capacidade instalada de 3.568 MW, com 50 unidades geradoras do tipo "bulbo" que operam em rio de baixa queda e grande vazão de água. A sua Licença de Operação vigente (Nº 1044/2011-1ª Renovação-2ª Retificação) foi publicada em dezembro de 2019 com validade até 17/05/2026.

Em 31 de dezembro de 2020, a Usina Hidrelétrica Santo Antônio possuía 50 unidades geradoras em operação comercial, totalizando 2.424,2 MW médios de garantia física.

A Usina Hidrelétrica Santo Antônio iniciou a sua operação comercial em 2012 com a entrada da 1ª unidade geradora e a sua geração plena deu-se em dezembro de 2016 quando a 50ª unidade geradora entrou em operação comercial.

A energia assegurada do projeto original da UHE Santo Antônio (44 Unidades Geradoras – 2.218 MW médios) foi comercializada 70% na modalidade de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEARs correspondendo a 1.552 MW médios, distribuídos entre 37 contrapartes (Empresas distribuidoras de energia elétrica) com vencimento no ano de 2041.

Os 30% restantes da energia assegurada foram negociados na modalidade de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre – CCEALs correspondendo a 665 MW médios, com 8 grandes clientes com vencimento no ano de 2027.

A energia adicional, referente às 06 novas Unidades Geradoras (206,2 MW médios), foi comercializada da seguinte maneira:

- A Santo Antônio Energia S.A participou do 19º leilão de energia A-3, no qual vendeu 129,6 MW médios de energia, cujos CCEARs começaram a ser entregues a partir de janeiro de 2017, com vencimento em dezembro de 2046.
- Os 70 MW médios restantes foram comercializados no Ambiente Livre – CCEALs com 2 grandes clientes, cujo vencimento ocorrerá em dezembro de 2029.

1.3 Segmento Arenas

O segmento Arenas é representado pela participação detida pela Companhia de 50% no capital social da SPE Holding Beira Rio S.A. ("BRIO"). A BRIO é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Borges de Medeiros, nº 2.500, sala 1212, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre/RS.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o restante do capital social da BRIO é detido pelo Fundo de Investimentos em Participações Beira Rio (“FIP BTG”), fundo de investimento em participações constituído sob a forma de condomínio fechado pertencente ao Grupo BTG Pactual.

O objeto social da BRIO é a renovação, reforma e modernização do Complexo Beira-Rio, situado na Av. Padre Cacique nº 891, em Porto Alegre/RS, por si ou por terceiros. Compreende a exploração comercial de cadeiras, camarotes e afins que compõe o Estádio Beira-Rio, além da exploração, incorporação e intermediação imobiliária no prazo de 20 anos. É responsável pela operação das atividades vinculadas ao Complexo Beira-Rio: (i) de Catering (alimentação e bebidas) nos bares e restaurantes atualmente existentes e a serem criados no Estádio Beira-Rio; (ii) das áreas de lojas do Complexo Beira-Rio; e (iii) do edifício garagem.

Ao final da concessão a BRIO entregará os bens adquiridos ou construídos para o Sport Club Internacional (“SCI”), não cabendo à ela qualquer indenização, direito de retenção ou compensação pela realização das obras e serviços. Em 19 de março de 2012, a BRIO assinou com o SCI um contrato de “Construção, Renovação e Operação do Complexo Beira-Rio”. A FIFA escolheu o Estádio Beira-Rio para sediar a Copa do Mundo de Futebol de 2014. Para tanto, o estádio precisou ser adequado aos padrões internacionais exigidos pela entidade. Diante dos investimentos requeridos para a modernização, o SCI assinou o referido contrato com a SPE, que aporta recursos financeiros em contrapartida ao direito de explorar áreas do complexo.

1.4 Segmento Outros

O segmento Outros é representado pelas participações de 100% do capital social da AGC Energia S.A., bem como 28,33% do capital social da Evolua Energia Participações S.A., realizado em 2020, conforme mencionado no item 1.4.2.

1.4.1 Controlada AGC Energia

É uma sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social participar no capital social de empresas do segmento de energia. No decorrer do ano de 2017 a AGC Energia vendeu a totalidade de ações que detinha de CEMIG, equivalente a 6,70% do capital social. A Administração da Companhia monitora constantemente novas oportunidades de investimento para esta investida.

1.4.2 Controlada em conjunto Evolua Energia Participações S.A. (“Evolua”)

A Evolua é uma empresa focada no desenvolvimento, implantação e gestão comercial de projetos fotovoltaicos no setor de Geração Distribuída, e passou a integrar a relação de investimentos da Companhia em 2020. A Evolua é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida do Contorno, 8279, sala 300-A4, Gutierrez, Belo Horizonte, Minas Gerais, controlada em conjunto pela Companhia que, conforme mencionado, possui 28,33% do capital social na investida.

1.4.3 Dominó Holdings S.A.

A Companhia detinha em 2019 a participação de 51% do capital social da Dominó Holdings S.A, cujo setor de investimento preponderante era o saneamento básico, entretanto, a referida investida foi liquidada em 10 de dezembro de 2020.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações nas práticas contábeis promovidas pelas Leis nº 11.941/09, abrangendo os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido ou pago por um ativo ou passivo em uma transação organizada entre partes independentes, seja através de preço diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma (os saldos em dólares e em outras moedas, quando aplicáveis, também estão apresentados em milhares).

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração da Companhia e de suas investidas façam julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores contábeis de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As informações sobre julgamentos críticos efetuados pela Administração da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas referente às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão relacionadas a seguir.

2.4.1 Provisão para contingências

A Companhia faz uso de estimativas para definir se, quando e por qual valor uma eventual provisão para contingência deve ser reconhecida em seu balanço patrimonial. Estas estimativas baseiam-se, especialmente, na opinião de seus assessores jurídicos, internos e externos, e a conclusão sobre o reconhecimento e valor das provisões para contingência podem envolver certo grau de julgamento. Quando aplicável, o valor da provisão a ser reconhecido reflete a melhor estimativa dos profissionais capacitados para avaliar, de acordo com a natureza de cada passivo a ser provisionado, o esforço financeiro requerido para liquidar uma obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativas a tais passivos.

2.4.2 Provisões para perdas em ativos financeiros

As provisões para perdas, quando aplicável, são mensuradas através de análise de risco de crédito das partes contrárias dos respectivos instrumentos financeiros da Companhia, o que pode exigir, além de levantamento de informações históricas que não necessariamente representam certeza sobre cenários futuros, o uso de julgamento e premissas por parte da Administração. Adicionalmente, conforme trazido pelo CPC 48, as estimativas para as provisões para perda podem ser feitas para as perdas esperadas durante toda a vida contratual do ativo financeiro ou para os próximos 12 (doze) meses, a depender das características de risco de crédito constatadas à data de elaboração das demonstrações financeiras.

2.4.3 Provisões para perdas em ativos não financeiros (*impairment*)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o novo valor recuperável do ativo é determinado.

A Companhia e suas investidas estimam o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pelas Administrações, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

2.4.4 Avaliação dos instrumentos financeiros

A nota explicativa nº 20 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

2.4.5 Plano de Incentivo de longo prazo – Unidade de Investimento

Conforme descrito na nota explicativa nº 12, na seção “ILP – Incentivo de longo prazo”, a Companhia pode usar de estimativas e julgamentos para definir o valor monetário das Unidades de Investimento (“UI”) a serem destinadas a seus executivos. Estas UI’s diferenciam-se das ações de emissão da Companhia e não dão direitos de acionista a seus portadores.

2.5 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis usadas na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas, com exceção dos itens específicos apresentados abaixo. As referidas políticas contábeis têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

2.5.1 Contas a receber de clientes

O saldo de contas a receber é reconhecido à medida em que os serviços prestados são dados como concluídos pelo cliente ou as transferências de controle sobre os bens vendidos ocorram e o direito à compensação financeira é contratualmente adquirido pela Companhia.

Conforme mencionado no item 2.4.2, sempre que aplicável, as provisões para perda em contas a receber são constituídas em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas futuras na realização destes créditos. O valor da estimativa da provisão para perda é elaborado considerando as premissas descritas naquele item.

Os valores de contas a receber apresentados no Balanço Patrimonial, referem-se exclusivamente a receita de prestação de serviços de operação, manutenção e conservação da Rodovia Presidente Dutra, advindos da participação da Companhia no Consórcio COPER.

2.5.2 Arrendamento

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. São reconhecidos ativos de direito de uso que representam o direito de utilizar os ativos arrendados e passivos de arrendamento para demonstrar o fluxo presente de pagamentos dos contratos de arrendamento.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados

linearmente pelo prazo estimado de vigência do contrato de arrendamento ou da vida útil do bem arrendado, o que for menor.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo dos contratos. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual, quando houver.

Quando as taxas de juros implícitas nos arrendamentos não são facilmente determináveis, a Companhia pode utilizar a taxa de empréstimo incremental na data de início dos contratos para calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento. Após a data de início, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, principalmente relacionada ao prazo do arrendamento.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de contratos de arrendamento de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento em contratos de arrendamento cujos ativos subjacentes sejam de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do contrato.

Como arrendadora

A Companhia não foi parte, como arrendadora, em contratos de arrendamento em nenhum dos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

2.5.3 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são reavaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

2.5.4 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Caso haja prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social ou outros créditos fiscais não utilizados, a Companhia, sempre que permitido por legislação vigente, utiliza-se destes créditos para realizar a compensação de 30% do valor-base tributável.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nestes casos, o reconhecimento dos impostos também será feito diretamente no patrimônio líquido.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a recuperar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a recuperar é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente à medida em que seja permitido por lei e todos os critérios específicos sejam atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: (a) diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil e (b) diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente à medida em que seja permitido por lei e todos os critérios específicos sejam atendidos.

2.5.5 Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os saldos a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que se originam. Todos os demais ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros da Companhia se dão, geralmente, pelos valores justos destes itens, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

(a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

- Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo é obter os fluxos de caixa contratuais do instrumento financeiro, constituídos apenas por recebimento de principal e juros;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros, quanto para a venda; ou
- Valor justo por meio do resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendam a nenhum dos critérios descritos acima.

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados conforme abaixo:

- Custo amortizado: principalmente destinado ao reconhecimento de passivos financeiros que não sejam mantidos para negociação, não sejam derivativos e que não tenham sido designados, em seu reconhecimento inicial, sob a opção de valor justo; ou
- Valor justo: utilizado para o reconhecimento dos passivos financeiros mantidos para negociação e àqueles que, em seu reconhecimento inicial, forem designados sob a opção de valor justo, podendo ser feito o reconhecimento das alterações de valor justo através do resultado ou por meio de outros resultados abrangentes, a depender da natureza que originar tal alteração.

Provisão para perdas em ativos financeiros (impairment)

As perdas de crédito esperadas são mensuradas com base em estimativas ponderadas pelo risco de perda ao qual ativos financeiros da Companhia estão sujeitos. Os riscos de perda, geralmente, refletem o risco de crédito do instrumento financeiro ou da contraparte contratualmente vinculada, e leva em consideração informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. A depender das alterações ocorridas na percepção de risco de crédito, a Companhia pode reconhecer perdas esperadas para a vida inteira do ativo ou perdas esperadas para os próximos doze meses.

2.5.6 Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

2.5.7 Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com o CPC03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa, através do método indireto. A Companhia e suas investidas classificam na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os saldos de numerários conversíveis imediatamente em caixa e os investimentos de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses) sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As movimentações do caixa e equivalentes de caixa são classificadas na demonstração dos fluxos de caixa, dependendo da sua natureza, em (i) atividades operacionais; (ii) atividades de investimento; e (iii) atividades de financiamento.

As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, e os pagamentos aos fornecedores, pessoal, tributos, encargos financeiros e perdas em processos judiciais. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, principalmente, aumento de capital em investidas e operações com demais partes relacionadas, enquanto que os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, principalmente, os pagamentos e captações referentes a empréstimos e financiamentos.

2.6 Novos pronunciamentos contábeis, revisões, interpretações e orientações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) são os seguintes:

2.6.1 Novas normas ou alterações em pronunciamentos contábeis vigentes

Norma	Descrição da alteração	Vigência
CPC 15 - Combinação de negócios	Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos.	01/01/2020
CPC 48 - Instrumentos financeiros: Evidenciação e CPC 38 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração	Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (LIBOR).	01/01/2020
CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis e CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erros	Altera a definição de “material”, estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis.	01/01/2020

As alterações de normas descritas acima, que entraram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2020, não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.6.2 Novas normas ou alterações em pronunciamentos contábeis não vigentes

Norma	Descrição da alteração	Vigência
CPC 48 CPC 08 CPC 40 CPC 11 CPC 06 (R2)	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (LIBOR).	01/01/2021
CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022
CPC 27 - Ativo imobilizado	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022

Em relação aos normativos e alterações descritos acima, com data de vigência para exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento da emissão destas demonstrações financeiras não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas, em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, incluem a consolidação das informações financeiras patrimoniais e de resultado da Companhia e de sua controlada a seguir relacionada:

Investida	Participação no capital social total (%)		Percentual para fins de consolidação (%)	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
AGC Energia S.A.	100,00	100,00	100,00	100,00

Procedimentos de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma empresa para auferir benefícios de suas atividades.

Os principais procedimentos para consolidação são os seguintes:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as companhias consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos prejuízos acumulados das companhias controladas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as companhias;
- Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de lucro não realizado apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado.

4. SEGMENTOS

As informações por segmento são apresentadas em relação aos negócios e participações da Companhia que foram definidas com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizadas pelos principais tomadores de decisão da Companhia.

Os montantes de ativos, passivos, resultado e patrimônio líquido dos segmentos, estão sendo apresentados na nota explicativa nº 8.5.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

5.1 Política contábil

Este grupo é representado pelos saldos de numerários em espécie no caixa, contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

5.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	545	952	546	967
Aplicações financeiras de liquidez imediata (a)	13.992	3.069	13.992	3.069
	14.537	4.021	14.538	4.036

- (a) Se referem à certificados de depósito bancário que possuem uma remuneração média de 99% do CDI em 31 de dezembro de 2020 (60% do CDI em 31 de dezembro de 2019) e aplicação financeira do consórcio COPER em fundo de investimento em renda fixa, remuneradas à taxa média 97,11% do CDI. Considerando o modelo de negócio adotado pela Companhia e as características contratuais destes ativos, as aplicações financeiras de liquidez imediata são classificadas como instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Os saldos das aplicações financeiras de liquidez imediata apresentados no balanço patrimonial da controladora em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são os mesmos daqueles apresentados no balanço patrimonial consolidado e são compostos como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Certificado de depósitos bancários	4.151	-
Operações compromissadas	-	3.069
Fundos de investimento	9.841	-
	13.992	3.069

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e possuem liquidez diária, não estando sujeitas a risco significativo de mudança de valor.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

6.1 Política contábil

O modelo de negócio da Companhia para os títulos e valores mobiliários caracteriza-se, essencialmente, pela intenção de manter os títulos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais destes instrumentos. Estes instrumentos possuem características de fluxos de caixa que representam unicamente o pagamento de principal mais juros. Considerando estas características e as diretrizes trazidas pelo CPC 48 a Companhia classifica estes títulos e valores mobiliários como ativos financeiros ao custo amortizado.

6.2 Composição

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Depósitos vinculados (a)	5.780	-
Certificado de depósitos bancários (a)	-	32.778
Fundos de investimento (b)	4.216	-
	9.996	32.778

- (a) Refere-se a conta reserva, exigida contratualmente, vinculada à 1ª Emissão Privada de Debêntures Conversíveis em ações da Companhia. A redução em 2020 foi ocasionada pelo pagamento de principal e juros da debênture vinculada.
- (b) Refere-se a aplicação financeira do consórcio COPER em fundo de investimento em renda fixa, remuneradas à taxa média 97,11% do CDI.

Os títulos e valores mobiliários são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e possuem liquidez diária, não estando sujeitos a riscos significativos de mudança de valor e, por isto, estão integralmente reconhecidos no ativo circulante.

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

7.1 Política contábil

São reconhecidos nesta rubrica os saldos de créditos tributários a recuperar que se originam, substancialmente, de antecipações de contribuição social recolhida a maior em exercícios anteriores e das retenções de imposto sobre os resgates das aplicações financeiras. A Companhia reconhece os valores de imposto de renda retido na fonte a recuperar em seu balanço patrimonial à medida que efetua resgates em suas aplicações e o referido imposto é retido pela instituição financeira. Tais créditos são utilizados pela Companhia, sempre que permitido por lei, para abater eventuais saldos a recolher oriundos de suas operações.

7.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
IRRF - Imposto de renda retido da fonte (a)	884	1.622	913	1.622
Créditos fiscais - CSLL (b)	1.785	4.383	1.785	4.383
Outros	21	135	21	164
	2.690	6.140	2.719	6.169

(a) Refere-se ao imposto de renda retido sobre os rendimentos resgatados de aplicações financeiras e de crédito de IRRF oriundo da operação do consórcio COPER e da própria Companhia;

(b) Refere-se a crédito de CSLL oriundo da operação do consórcio COPER.

A administração da Companhia acredita que realizará os referidos créditos com o curso normal de suas atividades e dentro dos próximos doze meses.

8. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO

8.1 Política contábil

As participações detidas pela Companhia em controladas, controladas em conjunto ou coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Para as demonstrações financeiras consolidadas, os saldos de ativos e passivos de controladas, bem como o resultado do exercício, são consolidados linha a linha, enquanto os saldos de coligadas e controladas em conjunto são mantidos pelo método de equivalência patrimonial.

Após calcular os saldos de suas participações nas investidas, através do método de equivalência patrimonial, a Companhia reconhece todas suas participações societárias com saldos positivos na rubrica de "Investimentos" no ativo e as participações societárias em investidas cujo saldo total seja negativo, se houver, serão registradas no passivo não circulante, em rubrica designada como "Provisões para perdas em investimentos".

A Companhia classifica uma investida como controlada quando possui o poder de influenciar, unilateralmente, seus retornos econômicos e financeiros, exercendo o controle individual sobre as decisões estratégicas e financeiras da investida.

As controladas em conjunto, são aquelas investidas sobre as quais a Companhia compartilha o controle com outros sócios, sem que possa exercer o controle unilateral, e que exigem consenso para que as decisões estratégicas da investida sejam aprovadas.

Conforme demonstrado no item 8.2, em 31 de dezembro de 2020, à exceção da controlada AGC Energia S.A., todas as demais investidas da Companhia estão classificadas como controladas em conjunto.

Ágios

Os ágios gerados nas aquisições das participações acionárias estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura dessas empresas. Os ágios possuem vida útil indefinida e têm seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, ou em períodos menores, caso haja indicadores de perda de valor.

8.2 Resumo das relações de controle sobre investidas

Um resumo das relações de controle e percentuais de participação da Companhia sobre suas investidas em 31 de dezembro de 2020 e 2019, pode ser assim demonstrado:

Investida	31/12/2020		31/12/2019	
	%	Relação de controle	%	Relação de controle
Segmento Rodovias, Mobilidade Urbana e Aeroportos				
CCR	14,86	Controlada em conjunto	14,86	Controlada em conjunto
COR	33,33	Controlada em conjunto	33,33	Controlada em conjunto
Segmento Madeira Energia				
SAAG	16,58	Controlada em conjunto	16,58	Controlada em conjunto
Segmento Arenas				
BRIO	50,00	Controlada em conjunto	50,00	Controlada em conjunto
Segmento Outros				
Dominó (a)	-	-	51,00	Controlada em conjunto
AGC Energia	100,00	Controlada	100,00	Controlada
Evolua	28,33	Controlada em conjunto	-	-

(a) Conforme mencionado no item 1.4, a referida investida foi liquidada em dezembro de 2020.

8.3 Investimentos da Controladora - Movimentação

A seguir são apresentadas as movimentações dos investimentos da Companhia, conciliadas com os saldos do balanço patrimonial da Controladora, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	31/12/2019	Movimentação do período							31/12/2020
	Saldo do Investimento	Aumento de capital	Distribuição de dividendos	Ajustes de avaliação patrimonial	Resultado do exercício	Ganho na variação de participação	Resultado do lucro não realizado	Dissolução (d)	Saldo do Investimento
Segmento Rodovias, Mobilidade Urbana e Aeroportos									
CCR S.A. (a)	1.491.377	-	(151.378)	63.892	28.387	-	518	-	1.432.796
Companhia Operadora de Rodovias - COR	(349)	-	-	-	679	-	-	-	330
Segmento Madeira Energia									
SAAG Investimentos S.A. (b)	46.816	65	-	-	(29.549)	-	-	-	17.332
Segmento Arenas									
SPE Holding Beiro-Rio S.A.	53.772	5.147	-	-	(11.046)	-	-	-	47.873
Segmento Outros									
Dominó Holding Ltda	256	-	-	-	(121)	-	-	(135)	-
AGC Energia S.A.	40	-	-	-	(13)	-	-	-	27
Evolua Energia Participações S.A. (c)	-	576	-	1.832	(748)	1.495	-	-	3.155
	1.591.912	5.788	(151.378)	65.724	(12.411)	1.495	518	(135)	1.501.513

	31/12/2018	Movimentação do período						31/12/2019
	Saldo do Investimento	Aumento / redução de capital	Distribuição de dividendos	Ajustes de avaliação patrimonial	Resultado do exercício	Perda na variação de participação	Resultado do lucro não realizado	Patrimônio líquido das investidas
Segmento concessões								
CCR S.A.	1.504.885	-	(228.835)	1.344	213.466	-	517	1.491.377
Companhia Operadora de Rodovias - COR	(826)	-	-	-	477	-	-	(349)
Dominó Holding Ltda	2.557	(765)	(1.229)	-	(307)	-	-	256
AGC Energia S.A.	889	(850)	-	-	1	-	-	40
Segmento Madeira Energia								
SAAG Investimentos S.A.	65.435	193	-	-	(18.040)	(772)	-	46.816
Segmento Outros								
SPE Holding Beiro-Rio S.A.	42.137	13.770	-	-	(2.135)	-	-	53.772
	1.615.077	12.348	(230.064)	1.344	193.462	(772)	517	1.591.912

- (a) Além da participação proporcional no patrimônio da investida, encontra-se registrado nesta linha, ágio no montante de R\$290.542, proveniente da transação de compra de ações da CCR e fundamentado na expectativa de rentabilidade futura da investida. Anualmente, a Companhia avalia os valores recuperáveis deste investimento e seu ágio (teste de *impairment*). A Companhia não identificou indicativos de *impairment* e, assim sendo, não constituiu provisão. Está registrado nesta conta também, o lucro não realizado na operação de venda dos aeroportos, com saldo negativo de R\$8.083 (R\$8.601 em 31 de dezembro de 2019). A realização do lucro não realizado ocorre linearmente de acordo com os prazos das concessões.
- (b) Está reconhecido nesta rubrica, além da participação proporcional no patrimônio líquido da investida, ajuste negativo referente à dispêndios reembolsáveis reconhecidos na investida indireta Madeira Energia S.A., no valor acumulado de R\$22.013 (R\$17.911 em 31 de dezembro de 2019), sendo R\$4.102 no resultado do exercício.
- (c) Em maio de 2020, a Companhia assinou acordo de investimento com dois novos acionistas, deixando de ser acionista controladora e passando a ser controladora em conjunto da investida, com participação de 28,33% no capital social da Evolua. Considerando o ágio na emissão das ações para os novos acionistas, a variação no percentual de participação e a perda de controle, a Companhia registrou um ganho de R\$1.495 no resultado do exercício.

Ainda em maio de 2020, a Companhia adquiriu bônus de subscrição emitido pela Evolua. O referido bônus poderá ser exercido parcialmente e por mais de uma vez para a subscrição de até 4.674.945 ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação.

- (d) Conforme mencionado no item 1.4, a investida foi liquidada em dezembro de 2020 por deliberação de seus acionistas.

8.4 Investimentos do Consolidado - Movimentação

A seguir são apresentadas as movimentações dos investimentos, conciliadas com os saldos do balanço patrimonial Consolidado, no encerramento dos exercícios de 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	31/12/2019	Movimentação do período							31/12/2020
	Saldo do Investimento	Aumento de capital	Distribuição de dividendos	Ajustes de avaliação patrimonial	Resultado do exercício	Ganho na variação de participação	Resultado do lucro não realizado	Dissolução	Saldo do Investimento
Segmento Rodovias, Mobilidade Urbana e Aeroportos									
CCR S.A.	1.491.377	-	(151.378)	63.892	28.387	-	518	-	1.432.796
Companhia Operadora de Rodovias - COR	(349)	-	-	-	679	-	-	-	330
Segmento Madeira Energia									
SAAG Investimentos S.A.	46.816	65	-	-	(29.549)	-	-	-	17.332
Segmento Arenas									
SPE Holding Beiro-Rio S.A.	53.772	5.147	-	-	(11.046)	-	-	-	47.873
Segmento Outros									
Dominó Holding Ltda	256	-	-	-	(121)	-	-	(135)	-
Evolua Energia Participações S.A.	-	576	-	1.832	(748)	1.495	-	-	3.155
	1.591.872	5.788	(151.378)	65.724	(12.398)	1.495	518	(135)	1.501.486

	31/12/2018	Movimentação do período						31/12/2019
	Saldo do Investimento	Aumento / redução de capital	Distribuição de dividendos	Ajustes de avaliação patrimonial	Resultado do exercício	Perda na variação de participação	Resultado do lucro não realizado	Patrimônio líquido das investidas
Segmento concessões								
CCR S.A.	1.504.885	-	(228.835)	1.344	213.466	-	517	1.491.377
Companhia Operadora de Rodovias - COR	(826)	-	-	-	477	-	-	(349)
Dominó Holding Ltda	2.557	(765)	(1.229)	-	(307)	-	-	256
Segmento Madeira Energia								
SAAG Investimentos S.A.	65.435	193	-	-	(18.040)	(772)	-	46.816
Segmento Outros								
SPE Holding Beiro-Rio S.A.	42.137	13.770	-	-	(2.135)	-	-	53.772
	1.614.188	13.198	(230.064)	1.344	193.461	(772)	517	1.591.872

8.5 Informações relevantes sobre os investimentos

As informações sobre os saldos de ativo, passivo, patrimônio líquido e resultado das investidas estão apresentadas a seguir:

	Segmento Rodovias, Mobilidade Urbana e Aeroportos		Segmento Madeira Energia	Segmento Arenas	Segmento Outros	
	CCR S.A.	Companhia Operadora de Rodovias - COR	SAAG	SPE Holding Beira-Rio S.A.	AGC Energia S.A.	Evolua
<i>Informações das investidas</i>						
Ativo total	13.277.776	31.020	237.286	317.367	30	12.745
Passivo total	5.536.613	30.031	27	221.621	3	1.607
Capital social	6.022.942	50	1.174.511	342.921	42	2.035
Patrimônio líquido total	7.741.163	989	237.259	95.746	27	11.138
Lucro (prejuízo) líquido do período	191.032	2.037	(153.482)	(22.092)	(13)	(2.362)
Número de ações ordinárias/quotas	2.020.000.000	20.003	6.854.725.645	364.521.554	41.720	7.769.926
Número de ações preferenciais	-	-	13.536.798.424	-	41.720	-
Número total de ações/quotas	2.020.000.000	20.003	20.391.524.069	364.521.554	83.440	7.769.926
<i>Outras informações da Controladora</i>						
Nº de ações/quotas detidas	300.149.836	6.667	3.381.219.470	182.260.778	83.440	2.201.000
Participação no capital social da investida (%)	14,86%	33,33%	16,58%	50,00%	100%	28,33%

Outras informações relevantes sobre os investimentos da Companhia estão detalhadas abaixo:

CCR

Efeitos da pandemia do COVID-19

A CCR tem acompanhado diariamente os impactos da pandemia do COVID-19 nas empresas do Grupo e, até 31 de dezembro de 2020, verificou o seguinte resultado consolidado do levantamento referente ao tráfego das rodovias, na forma de veículos equivalentes, à mobilidade urbana, em termos de passageiros transportados, e aos aeroportos, em número de passageiros embarcados:

Unidade	Veículos equivalentes					
	12/março/2020 a 31/dezembro/2020 vs 12/março/2019 a 31/dezembro/2019			01/janeiro/2020 a 31/dezembro/2020 vs 01/janeiro/2019 a 31/dezembro/2019		
	Passeio	Comercial	Total	Passeio	Comercial	Total
CCR	-20,00%	8,80%	-4,70%	-14,30%	8,90%	-2,00%
CCR sem ViaSul(1)	-23,80%	2,40%	-9,70%	-18,90%	2,70%	-7,30%
CCR INFRA SP(2)	-25,30%	2,60%	-11,80%	-20,30%	2,60%	-9,20%
AutobAn	-29,00%	5,10%	-11,40%	23,10%	4,90%	-8,70%
ViaOeste	-23,40%	3,00%	-13,10%	-18,50%	3,50%	-10,00%
CCR LAM VIAS (2)	-5,40%	18,30%	9,50%	2,10%	18,60%	12,50%
CCR LAM VIAS sem Via Sul(2)	-18,90%	2,20%	-5,10%	-14,60%	3,00%	-3,20%
NovaDutra	-22,10%	-4,10%	-10,50%	-17,20%	-2,10%	-7,50%
RodoNorte	-15,20%	9,40%	4,00%	-10,70%	9,90%	5,20%
MSVia	-13,10%	5,50%	1,40%	-10,10%	3,20%	0,20%

(1) ViaSul início de cobrança em 15 de fevereiro de 2019 (P2 e P3) e 9 de fevereiro de 2020 nas demais praças (P1, P4, P5, P6 e P7)

(2) CCR INFRA SP e CCR LAM VIAS consolidam dados de outras concessões, além das sociedades de capital aberto mencionadas acima.

Unidade	Passageiros	
	12/março/2020 a 31/dezembro/2020 vs 12/março/2019 a 31/dezembro/2019	01/janeiro/2020 a 31/dezembro/2020 vs 01/janeiro/2019 a 31/dezembro/2019
CCR Mobilidade	-58,80%	-46,40%

Unidade	Passageiros	
	12/março/2020 a 31/dezembro/2020 vs 12/março/2019 a 31/dezembro/2019	01/janeiro/2020 a 31/dezembro/2020 vs 01/janeiro/2019 a 31/dezembro/2019
CCR Aeroportos	-77,80%	-61,50%

A Administração da CCR instalou comitê de crise, conforme divulgado em Fato Relevante de 18 de março de 2020, para avaliar o impacto da pandemia sobre seus negócios e sobre as pessoas, e vem tomando as medidas necessárias diante dos eventos que vão se sucedendo. Abaixo é demonstrado as principais análises e suas respectivas conclusões para os principais possíveis impactos sobre essas demonstrações financeiras da CCR:

Avaliação de continuidade operacional

Atualmente, a CCR revisa e elabora mensalmente (semanalmente no início da quarentena e depois quinzenalmente) cenários gerenciais de fluxos de caixa, de modo a facilitar a tomada de decisões e a antecipação de ações para evitar/atenuar impactos adversos. Em tais cenários, não se identificou, até o momento, problemas que impactariam a liquidez ou que gerariam quebra de *covenants* do Grupo CCR como um todo, exceto com relação a debêntures da ViaQuatro que na data-base de 31 de dezembro de 2020, não alcançou o indicador ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) que deveria ser maior que 1,1, o que obriga a concessionária, para não incorrer em vencimento antecipado, em apresentar fiança bancária e/ou providenciar depósito em conta *escrow*, em montante suficiente para recompor referido índice. Tal obrigação deverá ser cumprida no prazo de 30 dias contados do recebimento de notificação do agente fiduciário, que por sua vez, somente será possível após a entrega das demonstrações financeiras da data-base a esse. No momento a concessionária encontra-se em discussão antecipada com os debenturistas visando obtenção de *waiver*. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da 5ª emissão de debêntures da ViaQuatro foi reclassificado para o passivo circulante.

A CCR e suas investidas possuem contratos financeiros, como debêntures, entre outros, com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. Os referidos contratos possuem *covenants* financeiros e não financeiros.

O evento da pandemia tem causado elevada volatilidade nos mercados financeiros, inclusive no câmbio, onde foi possível constatar importante depreciação do Real frente ao Dólar norte-americano. As empresas do Grupo CCR localizadas no Brasil não possuem exposição cambial importante. As empresas do Grupo CCR localizadas no exterior possuem endividamento na mesma moeda que sua moeda funcional e também não sofrem impacto cambial

importante, porém na conversão de seus balanços para consolidação em reais na controladora brasileira, observou-se um ganho de R\$ 436.250 na rubrica Outros Resultados Abrangentes, no Patrimônio líquido.

Na revisão dos fluxos de caixa foram consideradas as medidas, abaixo elencadas, que foram adotadas com o objetivo de preservação de caixa e aumento de liquidez, diante a situação de crise. São elas:

- Contenção de despesas, priorização de investimentos e contratação de 5 novas dívidas na CCR entre março e maio de 2020, no valor nominal total de R\$ 2.060.000, sendo: (i) R\$ 200.000, remunerados ao CDI + 4,5% a.a. e com vencimento em 26 de março de 2021; (ii) R\$ 400.000, remunerados ao CDI + 3,98% a.a. e com vencimento em 13 de abril de 2021; (iii) R\$ 300.000, remunerados ao CDI + 3,5% a.a. e com vencimento em 29 de março de 2021; (iv) R\$ 460.000, remunerados ao CDI + 3,47% a.a. e com vencimento em 28 de maio de 2023; e (v) R\$ 700.000, remunerados ao CDI + 3,20% a.a. e com vencimento em 28 de maio de 2022.

- Adoção da MP 936/2020, com o intuito de preservar empregos, reduzindo o salário e carga horária de todo o pessoal de liderança da CCR em 25%, pelo prazo de 3 meses, com início em maio de 2020, e suspendendo o contrato de trabalho por período de tempo determinado de parte dos colaboradores do grupo de liderados.

- Sob o ponto de vista dos financiamentos, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) lançou programa emergencial, promovendo a suspensão do pagamento das prestações dos financiamentos pelas empresas, entre abril e setembro de 2020, sendo que os valores das prestações suspensas foram incorporados ao saldo devedor e redistribuídos nas parcelas restantes da dívida, mantido o termo final do contrato. A suspensão é válida para contratos de financiamentos diretos ou indiretos com o BNDES. A CCR obteve as aprovações para BH Airport, VLT Carioca, Metrô Bahia e MSVia. Para essa última, devido a autorização ter ocorrido em maio de 2020, a suspensão das parcelas iniciou-se naquele mês. A CCR obteve a renovação do benefício por mais seis meses para as controladas Metrô Bahia, BH Airport e VLT Carioca.

Avaliação de ativos não financeiros e realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Sob o ponto de vista regulatório nacional e internacional, a CCR entende que os contratos de concessão de suas investidas estão resguardados por cláusulas de proteção contra eventos de força-maior e/ou casos fortuitos, além de alguns dos contratos, principalmente na área de mobilidade urbana, possuírem cláusulas de mitigação de frustração de demanda.

A CCR obteve parecer de consultor jurídico independente, corroborando o entendimento dela com relação às proteções dos contratos de concessão acima mencionadas e sobre o evento da pandemia do COVID-19 ser classificado como evento de força-maior.

Ainda sob o ambiente regulatório, a Advocacia Geral da União (AGU), emitiu os seguintes pareceres:

- Parecer no 74/2020, à Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), ratificando a aplicabilidade da MP 925/2020, para postergação do prazo de pagamento da outorga fixa e variável do ano de 2020 da BH Airport, de maio para dezembro de 2020.

- Parecer no 261/2020, à Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias do Ministério da Infraestrutura, onde conclui pelo direito dos concessionários a terem seus contratos de concessão reequilibrados pela decorrência dos impactos da referida pandemia.

Sendo assim, a CCR avalia que os contratos serão reequilibrados pelos efeitos advindos da pandemia e tais reequilíbrios seriam suficientes para a recuperação dos ativos não monetários e realização do imposto de renda e contribuição social diferidos.

Avaliação de ativos financeiros

Sob o ponto de vista dos ativos financeiros a receber dos Poderes Concedentes, principalmente relativos ao Metrô Bahia e VLT Carioca, a CCR não identificou, até o momento, aumento do risco de crédito das contrapartes, sendo que os compromissos vêm sendo substancialmente honrados até o momento, exceto quanto a atrasos no recebimento de aportes e contraprestações no VLT Carioca no montante de R\$ 245.471.

Desta forma, a CCR não identificou condições que justificassem a constituição de provisão para perdas ao valor recuperável nos ativos, relacionado a realização de contas a receber.

Diante de possíveis cenários de extensão do isolamento social e consequente alongamento de restrições de liquidez do mercado, a CCR acredita, até o momento, que possui capacidade de gerenciar seu caixa de forma a fazer frente a todos seus compromissos.

Adicionalmente, tendo em vista uma queda significativa de sua geração de resultado a CCR, como já dito acima, vem realizando diferentes iniciativas, visando readequar sua estrutura de custos e de capital para o novo momento econômico que o Brasil e o mundo passam.

CCR - Termo de Autocomposição, Acordo de Leniência e Programa de Incentivo à Colaboração

Termo de Autocomposição

Em 29 de novembro de 2018, a CCR celebrou Termo de Autocomposição com o Ministério Público do Estado de São Paulo, para posterior homologação judicial, pelo qual se comprometeu a pagar a quantia de R\$81.530, sendo R\$64.530 para o Estado de São Paulo e R\$17.000, a título de doação, para a Faculdade de Direito da USP. Tais valores foram integralmente provisionados no exercício de 2018, com vencimento em duas parcelas, a primeira no valor original de R\$49.265 e a segunda de R\$32.265, ambas pagas nos vencimentos, que ocorreram em março de 2019 e março de 2020. Tais valores foram corrigidos pela Selic, a partir da data de assinatura do Termo.

Em 15 de julho de 2019, o Estado de São Paulo interpôs recurso contra a homologação do Termo de Autocomposição, ocorrida em 09 de maio de 2019, sustentando a impossibilidade de celebração de acordo em matéria de improbidade e com a finalidade de que toda contraprestação imposta à CCR por força do Termo reverta exclusivamente em favor do Estado de São Paulo. A CCR reitera que o Termo de Autocomposição foi celebrado seguindo os parâmetros estipulados com o Ministério Público do Estado de São Paulo. Em 04 de fevereiro de 2020, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo negou o recurso interposto pelo Estado de São Paulo, mantendo integralmente a sentença de primeira instância.

Acordo de Leniência

Em 06 de março de 2019, a CCR divulgou Fato Relevante informando que, sua controlada RodoNorte celebrou Acordo de Leniência com o Ministério Público Federal - Procuradoria da República no Paraná, pelo qual a controlada se comprometeu a (i) pagar o valor de R\$35.000 a título de multa prevista na Lei de improbidade; (ii) arcar com R\$350.000, atualizado semestralmente pela Selic, a título de redução em 30% da tarifa de pedágio em favor dos usuários em todas as praças de pedágio por ela operadas por, pelo menos, 12 meses; e (iii) executar obras nas rodovias por ela operadas no valor total de R\$365.000, atualizado semestralmente pela Selic. O valor total de R\$750.000 foi integralmente provisionado no exercício de 2018. Em 28 de março de 2019, a 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal homologou o Acordo de Leniência. A multa, no valor de R\$35.000, foi paga em 26 de abril de 2019, o início do desconto tarifário ocorreu em 27 de abril de 2019 e foi concluído em 13 de outubro de 2020 e os gastos com a execução de obras iniciou se em novembro de 2019.

Programa de Incentivo à Colaboração

Em reunião realizada em 1º de novembro de 2018, o Conselho de Administração da CCR (a) tendo verificado o limite de atuação do Comitê Independente, criado pelo Conselho de Administração e responsável pelos trabalhos de apuração dos fatos divulgados na imprensa e conexos envolvendo a CCR e suas controladas; (b) com base na recomendação de seus advogados externos, no sentido de que sem o completo esclarecimento dos fatos era inviável a aceitação dos acordos de leniência pelas autoridades competentes; e (c) diante das possíveis consequências para os envolvidos que se dispusessem a colaborar com as autoridades competentes, aprovou a criação de um Programa de Incentivo à Colaboração (PIC) que assegurou àqueles colaboradores certos direitos, e também preservou o interesse do Grupo CCR, evitando a sua exposição a graves riscos, inclusive de continuidade de seus negócios. Em AGE ocorrida em 22 de abril de 2019, o PIC foi ratificado.

A CCR celebrou contratos, cujo saldo a pagar em 31 de dezembro de 2020 é de R\$41.000, o qual resulta do saldo de R\$58.705 em 31 de dezembro de 2019, atualizado pelo IPCA e diminuído dos valores já pagos.

O saldo de R\$41.000 será pago da seguinte forma: (i) R\$40.367 ao longo dos próximos anos, até novembro de 2023; e (ii) R\$633 referente ao saldo de penas pecuniárias, que está sendo pago em 3 parcelas semestrais, tendo sido a primeira parcela paga na data da homologação de cada acordo individual de cada colaborador. Em 2020, a CCR incorreu em despesas de R\$1.808 relativas a reembolso aos participantes.

As investigações das autoridades públicas não foram concluídas e, dessa forma, novas informações podem ser reveladas no futuro, sendo certo que tais investigações correm em segredo de justiça, não tendo a CCR, conseqüentemente, acesso à documentação e informações correlatas. No momento, não é praticável determinar se há perda provável decorrente de obrigação presente em vista de evento passado e nem fazer uma mensuração razoável quanto a eventuais novas provisões passivas sobre este assunto nestas demonstrações financeiras.

A CCR continuará contribuindo com as autoridades públicas e manterá os seus acionistas e o mercado em geral devidamente informados.

MESA

Efeitos da pandemia do COVID-19

Tão logo a Santo Antônio Energia S.A. controlada da MESA, tomou conhecimento da propagação do vírus no Brasil, instalou um comitê permanente de crise, que imediatamente adotou as medidas recomendadas pelas autoridades de saúde e pela sua área médica, para proteção dos seus integrantes sem deixar de garantir a geração plena de energia para o sistema elétrico brasileiro.

No âmbito comercial, os clientes estão 100% adimplentes, tanto no ACL (contratos de compra e venda no mercado livre) como no ACR (contratos de compra e venda no mercado regulado). Muito contribuiu para a total adimplência verificada no mercado regulado as diversas medidas adotadas pelo Poder Executivo, MME e ANEEL visando a mitigação dos efeitos da COVID-19. Dentre as medidas destaca-se a injeção de liquidez no caixa das distribuidoras mediante empréstimo emergencial num valor global de R\$ 15,1 bilhões, com o que puderam manter a integridade dos contratos atuais e salvaguardaram o fluxo normal de recursos na cadeia do setor. Em contrapartida as distribuidoras comprometeram-se à, além de manterem os contratos e a adimplência plena, não requerer eventos de caso fortuito ou força maior atinente à pandemia do Coronavírus e a desistir de qualquer ação em trâmite na justiça comum ou arbitral.

Com relação à operação da Usina, em julho de 2020, conforme o plano de manutenção programada, a Santo Antônio Energia S.A. fez o desligamento de 4 Unidades Geradoras para execução de trabalhos de manutenção, aproveitando o período de restrição hídrica, que acontece anualmente.

Entretanto, em face da pandemia de COVID-19 e por medida preventiva para evitar o contágio, as atividades de manutenção mais específicas, que demandam aglomeração de pessoas em espaços restritos, foram adiadas e, devido ao recrudescimento do contágio na cidade de Porto Velho, ainda não foram retomadas. A Aneel foi comunicada do fato tendo a Santo Antônio Energia S.A. requerido que a indisponibilidade das unidades geradoras não seja computada no cálculo do FID em razão de que decorre de fatos supervenientes por força da pandemia.

A medida foi tomada para garantir a integridade dos equipamentos da Usina, que não devem voltar a operar sem a devida manutenção, bem como, o mais importante, para preservar a segurança e a saúde dos integrantes e colaboradores que trabalham nesta manutenção.

Até o momento não foram identificados pela MESA impactos a serem reconhecidos por este fato, devido as baixas vazões verificadas no rio Madeira. Na continuidade do ciclo normal do rio, poderá ocorrer algum impacto não importante e apenas no caso de a vazão elevar-se e não ocorrer a retomada das atividades de manutenção a tempo das unidades retornarem à operação.

A Santo Antônio Energia S.A., controlada da MESA, monitora permanentemente a evolução da pandemia e mantém atualizados distintos cenários de desdobramento e respectivos impactos nas vertentes operacional, financeira, regulatória e jurídica.

Adicionalmente, como parte do processo de elaboração destas demonstrações financeiras, a Santo Antônio Energia S.A preparou um relatório de avaliação com o objetivo de identificar os fatores operacionais e financeiros associados à Pandemia da COVID-19 que pudessem causar efeito adverso na sua posição patrimonial e financeira, bem como as ações que estão sendo tomadas por sua Administração para minimizar tais efeitos. Além disso, efetuou o teste anual de recuperabilidade dos ativos ("Impairment Test") utilizando as mais recentes projeções de resultados futuros, considerando a elevação de taxas de desconto em virtude de um cenário de maior risco.

Os procedimentos realizados serviram de base para a conclusão da sua Administração de não existirem, até o momento, indicativos de impactos significativos no plano de negócios (PN) da Santo Antônio Energia S.A.,

controlada da MESA, que poderiam afetar de forma significativa as estimativas de realização dos ativos e dos resultados futuros.

O Teste de Recuperabilidade dos Ativos (“Impairment Test”), realizado de acordo com os requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos, evidenciou que o valor recuperável do ativo é superior ao valor contábil, não sendo, portanto, necessário o reconhecimento de qualquer provisão para redução ao valor recuperável nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Capital circulante líquido-CCL negativo

Em 31 de dezembro de 2020, a MESA apresentou excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$204.792 (R\$427.059 em 31 de dezembro de 2019), decorrente, principalmente, das contas “Fornecedores”, “Empréstimos e financiamentos”, “Debêntures”, “Adiantamento de Clientes” e “Provisões Socioambientais”.

As hidrelétricas constituídas sob o formato de “Project Finance”, estruturalmente apresentam capital circulante líquido negativo nos primeiros anos de operação, pois são constituídas com elevados índices de alavancagem financeira.

Vale ressaltar que a Santo Antônio Energia S.A., controlada da MESA, conta com contratos firmes de vendas de energia de longo prazo, cujos registros dos recebíveis no Circulante, em atendimento às normas contábeis, só contemplam os valores efetivamente faturados relativos a um mês de suprimento de energia, diferentemente dos desembolsos com os financiamentos que contemplam os valores a pagar relativos aos próximos 12 meses. Consequentemente, se houvesse simetria nos registros, ou seja, se fossem considerados os recebíveis dos próximos 12 meses, a MESA apresentaria CCL positivo.

Investigações legais – riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

O relatório de auditoria da MESA, sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, apresentou parágrafo de ênfase sobre “investigações legais – riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos” que citam suposto envolvimento de empresas que prestaram serviços à MESA e sua controlada com alegações de possíveis atividades ilícitas, incluindo empresas pertencentes aos grupos econômicos de acionistas que eram membros do Consórcio Construtor Santo Antônio.

Adicionalmente, como também foi mencionado no relatório de auditoria, “a Administração da MESA conduziu investigação independente, concluída em fevereiro de 2019, que concluiu que, salvo novos desdobramentos em decorrência de investigações e correspondentes medidas legais ainda não concluídas, não existem evidências objetivas que corroborem as alegações feitas.

9. INTANGÍVEL

9.1 Política contábil

Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicáveis.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

9.2 Movimentação

	Saldo 31/12/2019	Amortização	Saldo 31/12/2020
Opção de compra de imóvel	16.204	-	16.204
Outros ativos intangíveis	14.732	(13.911)	821
	30.936	(13.911)	17.025

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

10.1 Composição

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Cofins a recolher	434	408
PIS a recolher	93	86
IRRF a recolher	434	605
ISS a recolher	172	113
Outros	213	256
	1.346	1.468

Os saldos nessa rubrica se referem, substancialmente, aos impostos oriundos da operação do consórcio COPER e, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, estão integralmente classificados como passivo circulante.

11. DEBÊNTURES A PAGAR

11.1 Política contábil

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo através do resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A mensuração subsequente leva em consideração a apropriação dos juros contratuais pactuados, eventuais atualizações de câmbio, quando aplicável, e as respectivas liquidações. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

Os custos de transação, quando incorridos, são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Considerando as características contratuais e o modelo de negócio utilizado pela Companhia, todas as debêntures emitidas estão classificados como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

11.2 Composição

Emissão	Natureza	Data da captação	Data de Vencimento	Juros e encargos (a.a.)	Valor captado	Posição atualizada em	
						31/12/2020	31/12/2019
1ª	Debêntures (a)	03/10/2011	15/10/2031	TJLP + 1,65%	263.424	319.831	332.320
4ª	Debêntures (b)	06/01/2017	02/05/2024	100% do CDI + 2,15%	1.600.000	1.497.952	1.500.627
5ª	Debêntures (c)	18/12/2019	09/12/2025	100% do CDI + 3,40%	312.500	297.498	298.007
6ª	Debêntures (d)	18/12/2019	09/12/2025	100% do CDI + 3,40%	62.500	59.496	59.597
					2.238.424	2.174.777	2.190.551
					Circulante	408.930	38.999
					Não circulante	1.765.847	2.151.552

Principais informações sobre os empréstimos e financiamentos

(a) 1ª Emissão de Debêntures da Companhia

Em Assembleias realizadas em 21 de dezembro de 2010 e 23 de setembro de 2011, a Administração da Companhia aprovou a 1ª Emissão Privada de Debêntures Conversíveis em Ações da Companhia, sendo o subscritor o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia ("FDA"), tendo como banco operador o Banco da Amazônia e tendo como gestor a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia ("SUDAM"). Foram emitidas 263.424.210 debêntures, escriturais, divididas em quatro séries, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma.

No último trimestre de 2011 e no primeiro de 2012 a Companhia recebeu os recursos previstos referentes à primeira, segunda e terceira parcelas mencionadas abaixo. A Companhia recebeu em outubro de 2012 a quarta parcela constante do quadro abaixo.

Liberações

Série	Valor unitário (R\$)	Quantidade de debêntures	Valor total (R\$ mil)
1ª	1,00	97.796.208	97.796
2ª	1,00	60.422.943	60.423
3ª	1,00	60.422.943	60.423
4ª	1,00	44.782.116	44.782
		263.424.210	263.424

Vencimento

As debêntures vencerão em outubro de 2031, com amortização em 35 parcelas semestrais, sendo a primeira com vencimento em outubro de 2016 e a última no dia 15 de outubro de 2031.

Remuneração

Custo básico: Atualização correspondente à variação acumulada da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central do Brasil, calculada de forma *pro rata temporis* por dias corridos, em regime de capitalização composta, incidente sobre o saldo do valor nominal das Debêntures, a partir da data de sua integralização.

Juros: Incide sobre os saldos dos valores nominais das Debêntures, acrescidos do custo básico mencionado no item anterior, juros à taxa efetiva de 1,50% a.a., base 360 dias, contabilizado e capitalizado mensalmente durante período de carência, incorporando-se ao valor nominal, e exigidos semestralmente no período de amortização, juntamente com as parcelas de amortização programada, ou integralmente no resgate ou vencimento antecipado.

Del Credere: A partir da data da integralização das debêntures, sobre os saldos dos valores nominais das debêntures, acrescidos do custo básico, incidirão encargos à taxa efetiva de 0,15% a.a., base 360 dias, a título de *del credere*, contabilizado e capitalizado mensalmente durante período de carência, incorporando-se ao valor nominal, e exigido semestralmente no período de amortização, juntamente com as parcelas de amortização programada ou integralmente no resgate ou vencimento antecipado.

Conversibilidade

A SUDAM, no vencimento das parcelas semestrais de amortização ou de resgate, poderá optar por converter as debêntures subscritas em ações preferenciais sem direito a voto da Companhia, respeitando o limite de 50% no montante subscrito. Caso a SUDAM não opte pela conversão, fica a Companhia obrigada a efetuar os pagamentos semestrais e o resgate total dos títulos, no respectivo vencimento. Cada parcela das debêntures a ser convertida corresponderá a um número inteiro de ações obtido pela divisão do valor do montante a ser convertido pelo preço de emissão de cada ação.

O preço de conversão das ações será equivalente ao menor dos seguintes valores: (a) cotação média dos últimos trinta dias em que foram negociadas em bolsas de valores nacionais; ou (b) valor acionário decorrente de avaliação da Companhia, considerado o método de fluxo de caixa descontado, consideradas todas as participações acionárias detidas pela Companhia, segundo avaliação a ser realizada por Banco de Investimento de primeira linha, contratado de comum acordo entre a Companhia e a SUDAM.

(b) 4ª Emissão de Debêntures da Companhia

Em 06 de janeiro de 2017, a Companhia realizou a 4ª emissão de debêntures não conversíveis em ações. Foram emitidas 1.600.000 debêntures em série única, no valor nominal de R\$1 (hum mil reais), no montante de R\$1.600.000 (um bilhão e seiscentos milhões de reais), com prazo de vencimento final em novembro de 2022.

Em 14 de novembro de 2019, os debenturistas aprovaram, dentre outras matérias, em Assembleia Geral de Debenturistas (i) a adesão a oferta de resgate parcial de debêntures; (ii) alteração da remuneração das debêntures e da data de pagamento da mesma e; (iii) a prorrogação do prazo de vencimento das debentures para maio de 2024.

Em 18 de dezembro de 2019, a Companhia efetuou uma oferta de resgate antecipado parcial de 100.600 (cem mil e seiscentas) debêntures, com o conseqüente cancelamento de tais debêntures.

Nos termos previstos na escritura de emissão, o saldo do valor nominal unitário das debêntures será amortizado em 7 (sete) parcelas semestrais.

(c) 5ª Emissão de Debêntures da Companhia

Em 09 de dezembro de 2019, a Companhia realizou a 5ª (Quinta) Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição. Foram emitidas 312.500 (trezentas e doze mil e quinhentas) com valor nominal unitário de R\$1 (hum mil reais) cada e valor nominal total de R\$312.500 (Trezentos e doze milhões e quinhentos mil reais).

As debêntures possuem prazo de vencimento de 72 (setenta e dois) meses contados da data de emissão, incluindo prazo de carência de 24 (vinte e quatro) meses para início do pagamento do valor nominal unitário, que será amortizado em 5 (cinco) parcelas anuais e consecutivas.

(d) 6ª Emissão de Debêntures da Companhia

Em 09 de dezembro de 2019, a Companhia realizou a 6ª (Sexta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para colocação privada. Foram emitidas 62.500 (sessenta e dois mil e quinhentas) com valor nominal unitário de R\$1 (hum mil reais) cada e valor nominal total de R\$62.500 (Sessenta e dois milhões e quinhentos mil reais).

As debêntures terão prazo de vencimento para dezembro de 2025, ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado e de vencimento antecipado das Debêntures previstas na Escritura da 6ª Emissão. O saldo do Valor Nominal Unitário será amortizado em 5 (cinco) parcelas anuais e consecutivas, com carência de 24 (vinte e quatro) meses, sempre no dia 09 de dezembro de cada ano, sendo a primeira parcela devida em 09 de dezembro de 2021 e a última em 09 de dezembro de 2025.

Adicionalmente, a Companhia se comprometeu a pagar aos debenturistas prêmio apurado em cada uma das datas de verificação nos termos da Escritura da 6ª Emissão.

Garantias

Os empréstimos mencionados nos itens (b), (c) e (d) contam com a garantia da alienação fiduciária de ações de emissão da CCR e cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes dos direitos econômicos destas ações.

Em 31 de dezembro de 2020, estavam alienadas (i) em favor da Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários 157.874.511 ações da CCR de titularidade da Companhia e seus respectivos direitos creditórios, por meio do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças firmado em 30 de dezembro de 2016 e aditado em 17 de novembro de 2017, 17 de agosto de 2018, 12 de dezembro de 2018, 28 de fevereiro de 2019, 16 de agosto de 2019, 1º de novembro de 2019 e em 18 de dezembro de 2019 e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Direitos Sobre Contas e Outras Avenças firmado em 30 de dezembro de 2016 e aditado em 25/09/2017, 12/12/2018, 28/02/2019, em 16 de agosto de 2019 1º de novembro de 2019 e em 18 de dezembro de 2019 ambos firmados entre a Companhia e, de outro lado, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de representante dos Debenturistas da 4ª Emissão de Debentures da Companhia e o Banco do Brasil S.A. (ii) em favor da Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Simplific"), 32.698.873 ações da CCR de titularidade da Companhia e seus respectivos direitos creditórios, por meio do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças firmado em 4 de dezembro de 2019 e aditado

em 18 de dezembro de 2019 firmado entre a Companhia e, de outro lado, a Simplific, na qualidade de representante dos Debenturistas da 5ª e 6ª Emissões de Debentures da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2020 também se encontravam alienadas 109.576.452 ações da CCR de titularidade da Companhia e seus respectivos direitos creditórios em favor da TMF Brasil Administração e Gestão de Ativos Ltda. ("TMF"), na qualidade de representante dos Agente de Garantia Local de novas notas 9.500% Senior Secured Notes due 2024 ("Notes") emitidas pela Andrade Gutierrez International S.A. ("AGINT") no mercado internacional em dezembro de 2019, no âmbito do Contrato de Alienação Fiduciária e Outras Avenças em 4 de dezembro de 2019 e aditado em 18 de dezembro de 2019. As demais ações da CCR (190.573.384) também estão oneradas à TMF com efeito suspensivo, aguardando liberação pelos credores das dívidas mencionadas nos itens (c) (e) e (f).

O empréstimo mencionado no item (a), conta com as garantias de penhor de dividendos assim compreendidos como todos os proventos, frutos ou rendimentos de livre movimentação relativos às ações de emissão da Madeira Energia S.A. e da conta reserva equivalente a 2 vezes o serviço da dívida (principal + encargos), conforme informado no item (a) da Nota explicativa 5.

Cronograma de vencimento dos empréstimos e financiamentos

Os vencimentos dos empréstimos no longo prazo podem ser assim demonstrados:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
2021	-	396.141
2022	396.824	396.141
2023	546.778	546.081
2024	548.698	548.000
2025	100.249	99.552
Após 2025	173.298	165.637
	1.765.847	2.151.552

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividade de financiamento

As movimentações das debêntures a pagar da Companhia, conciliada com os fluxos de caixa das atividades de financiamento, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, estão demonstradas a seguir:

	31/12/2019	Captações	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros apropriados	Custo de transação	31/12/2020
1ª Emissão	332.320	-	(28.343)	(5.466)	21.320	-	319.831
4ª Emissão	1.500.627	-	-	(80.716)	74.751	3.290	1.497.952
5ª Emissão	298.007	-	(1.852)	(19.197)	19.405	1.135	297.498
6ª Emissão	59.597	-	(370)	(3.839)	3.881	227	59.496
	2.190.551	-	(30.565)	(109.218)	119.357	4.652	2.174.777

	31/12/2018	Captações	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros apropriados	Custo de transação	31/12/2019
<i>Empréstimos bancários</i>							
Banco do Brasil S.A.	118.770	-	(120.000)	(9.025)	9.025	1.230	-
<i>Debêntures</i>							
1ª Emissão	338.841	-	(26.887)	(5.710)	26.076	-	332.320
2ª Emissão	90.180	-	(88.000)	(9.415)	6.538	697	-
4ª Emissão	1.601.595	-	(100.600)	(135.334)	130.491	4.475	1.500.627
5ª Emissão	-	312.500	-	-	760	(15.253)	298.007
6ª Emissão	-	62.500	-	-	152	(3.055)	59.597
	2.149.386	375.000	(335.487)	(159.484)	173.042	(11.906)	2.190.551

12. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os saldos de partes relacionadas apresentados no balanço patrimonial da Controladora são os mesmos do Consolidado, uma vez que estes saldos são mantidos com entidades relacionadas que não pertencem à estrutura de consolidação da Companhia.

Os referidos saldos podem ser assim demonstrados:

	Natureza	31/12/2020		31/12/2019	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Ativo (passivo) circulante					
<i>Controladas em conjunto</i>					
CCR S.A. (a)	Dividendos	6.765	-	-	-
<i>Outras partes relacionadas</i>					
Consórcio COPER	Outros	-	(370)	1.305	-
Companhia Operadora de Rodovias (b)	Outros	-	(8.572)	-	(2.529)
Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	Outros	-	(41)	-	-
Outros	Outros	-	(1.384)	-	(672)
Saldos de ativos (passivos) circulantes		6.765	(10.367)	1.305	(3.201)
Ativo (passivo) não circulante					
<i>Controladora</i>					
Andrade Gutierrez S.A. (c)	Mútuo	250.584	(41)	205.382	(41)
<i>Outras partes relacionadas</i>					
Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	Mútuo	-	-	1.174	-
Telis Participações S.A. (d)	Mútuo	19.166	-	18.813	-
Saldos de ativos (passivos) não circulantes		269.750	(41)	225.369	(41)
Total dos saldos com partes relacionadas		276.515	(10.408)	226.674	(3.242)

(a) Saldo a receber referente ao dividendo mínimo obrigatório sobre os lucros apurados no exercício de 2020.

(b) Refere-se a repasse de custos de pessoal entre o consórcio COPER e a consorciada Companhia Operadora de Rodovias;

(c) Se referem a mútuos com a controladora, que possuem vencimentos previstos até 2025;

(d) Mútuo com vencimento em abril de 2023.

As transações de mútuos a receber entre a Companhia e suas partes relacionadas, são realizadas em condições negociadas entre as partes, as quais podem ser diferentes caso fossem realizadas com terceiros.

Remuneração dos administradores

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e sua controlada, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, refere-se (a) benefícios de curto prazo, como salários, encargos e outros benefícios; e (b) a benefícios pós emprego (de longo prazo), relacionados à previdência privada.

	31/12/2020	31/12/2019
Benefícios a curto prazo	3.752	3.795
Benefícios a longo prazo	215	212
	3.967	4.007

ILP – Incentivo de longo prazo

O Conselho de Administração da investida AG Concessões (incorporada em 31 de dezembro de 2018 pela Companhia) aprovou o Plano de Incentivo de Longo Prazo, formado pelo Plano Especial de Incentivo de Longo Prazo (plano finalizado devido ao resgate integral das UI's outorgadas) e pelo Plano Executivo de Incentivo de Longo Prazo, ambos na Modalidade de "Opções Fantasma", não baseado em ações da então investida AG Concessões, através dos quais colaboradores designados podem adquirir títulos emitidos pela AG Concessões, ou posteriormente da Companhia, denominados "Unidades de Investimento" (UI) e que têm como objetivos: (i) a atração e retenção dos executivos; (ii) o alinhamento dos interesses dos executivos aos objetivos e interesses dos acionistas; (iii) o compartilhamento do sucesso na criação de valor com os executivos; e (iv) a criação de uma visão de longo prazo e sustentabilidade.

A Unidade de Investimento não atribui ao seu titular a condição de acionista da AGPAR, nem qualquer direito ou privilégio inerente a tal condição, em especial o direito de voto e outros direitos políticos. Cada UI confere ao seu titular um direito pecuniário referenciado no valor de uma ação de emissão da Companhia.

Plano executivo de incentivo de longo prazo

Este plano é oferecido anualmente aos executivos indicados pela Diretoria, submetidos à aprovação do Conselho de Administração da AGPAR, e está diretamente atrelado à criação de valor da Companhia, medida por meio da variação da Unidade de Investimento.

Em 2020 o plano ILP da Companhia foi encerrado com o cancelamento das últimas UI's que estavam em aberto.

Planos	Saldo provisionado em 31/12/2019		Canceladas no período	Valorização das UI's	Exercidas no período		Saldo provisionado em 31/12/2020		Efeito no resultado
	Quantidade de UI's	Total (R\$)			Quantidade de UI's	Total (R\$)	Quantidade de UI's	Total (R\$)	
Plano executivo	124.905	-	(124.905)	-	-	-	-	-	-
	124.905	-	(124.905)	-	-	-	-	-	-

13. PROVISÕES PARA PERDAS E RISCOS

13.1 Política contábil

A Companhia revisa periodicamente sua exposição à possíveis provisões para riscos. Estas exposições são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, considerando a opinião de seus advogados e assessores jurídicos, e uma provisão para contingência é reconhecida no balanço patrimonial quando estes concluem que existe risco provável de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante possa ser razoavelmente estimado.

Podem existir ainda, processos judiciais para os quais a Companhia não reconhece provisão para risco em suas demonstrações financeiras. Este cenário ocorre, conforme determinado pelo CPC 25, quando a avaliação dos assessores jurídicos conclui que os riscos de perda são: a) possíveis, onde apenas é exigido a divulgação em nota explicativa; ou b) remotos, para os quais não são exigidos quaisquer provisões ou divulgação.

Os valores das provisões para risco são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

A Administração acompanha periodicamente o desenvolvimento desses processos e, com base na opinião de seus assessores jurídicos e políticas internas, constitui novas provisões (sempre que surgirem novos processos com prognóstico de perda provável ou houver mudança desfavorável na estimativa de perda) ou realiza reversões (sempre que uma decisão judicial é integral ou parcialmente favorável à Companhia). Por se tratar de revisão de estimativa, todos os ajustes, positivos e negativos, nos saldos de provisões para riscos, são reconhecidos diretamente no resultado do exercício em que tal mudança é identificada, sem que ocorram alterações nos resultados previamente emitidos.

13.2 Composição

As provisões para contingências refletem a opinião de assessores jurídicos (internos e externos) de que a Companhia e sua controlada incorrem em risco provável de perda em ações judiciais de qualquer natureza.

Em relação à arbitragem instaurada pelo Fundo de Investimento em Participações Melbourne contra a Companhia, em 31 de dezembro de 2020 o saldo de provisão para contingências cíveis era de R\$112.184, considerando sentença proferida por tribunal arbitral, no qual a Companhia é requerida a reembolsar perdas indenizatórias a terceiro, referente à operação de alienação de participação acionária na SAAG, realizada no ano de 2014. O procedimento se encerrou em parte, nesta tendo havido julgamento dos pedidos de esclarecimento, e, em outra parte, está em fase de liquidação da sentença parcial. O FIP Melbourne iniciou cumprimento de sentença. Os valores da referida provisão contemplam apenas os valores nos quais os assessores jurídicos da Companhia entendem que há risco de perda provável. Os demais temas dependem de liquidação específica e não foram considerados pelos assessores como risco de perda provável.

Adicionalmente, esta rubrica contempla valores advindos da operação do consórcio COPER, no valor de R\$99, referem-se substancialmente a provisões para contingências trabalhistas.

13.3 Movimentação

Natureza das provisões	Provisões em 31/12/2019	Adições	Reversões	Baixas	Provisões em 31/12/2020
Cíveis	80.659	31.525	-	-	112.184
Trabalhistas	841	457	(291)	(441)	566
	81.500	31.982	(291)	(441)	112.750

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1 Capital Social

14.1.1 Política contábil

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido, na rubrica de capital social. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável, são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido, na rubrica de capital social, caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

14.1.2 Composição

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o capital social da Companhia é de R\$2.377, representado por 430.811.099 ações ordinárias e 861.585.307 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

14.2 Reserva legal

A reserva legal é constituída à alíquota de 5% sobre o lucro líquido do exercício, conforme artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, e sua destinação é limitada à compensação de prejuízos acumulados e ao aumento de capital da Companhia.

14.3 Reserva de lucros ou prejuízos acumulados

A reserva de retenção de lucros ou os prejuízos acumulados representam o resultado não distribuído após constituição da reserva legal e cálculo dos dividendos obrigatórios ou os valores acumulados dos prejuízos apurados no exercício e/ou exercícios anteriores. A compensação de prejuízos com saldos de reservas de lucros ocorre obrigatoriamente quando ainda houver saldo de prejuízos, após terem sido absorvidos os saldos de lucros acumulados e das demais reservas de lucro (parágrafo único do art. 189 da Lei nº 6.404/76).

14.4 Resultados abrangentes – ajustes de avaliação patrimonial

Refere-se, substancialmente, a ajustes patrimoniais reflexos, advindos de mutações patrimoniais ocorridas no patrimônio líquido das investidas. A demonstração dos resultados abrangentes oferece detalhes sobre as origens de tais operações.

14.5 Ações em tesouraria

Em fevereiro de 2019, a Companhia efetuou a recompra de ações de sua própria emissão, sem redução do capital social, para serem mantidas em tesouraria. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo de ações em tesouraria é de R\$85, correspondente a 7.684 (sete mil seiscentos e oitenta e quatro) ações ordinárias e 714 (setecentos e quatorze) ações preferenciais.

15. RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS PRESTADOS

15.1 Política contábil

Respeitadas as determinações trazidas pela nova norma de reconhecimento de receitas, CPC 47, as receitas de serviços de operação e manutenção são reconhecidas de acordo com as bases contratuais estabelecidas, respeitando o reconhecimento, por parte dos clientes, da prestação adequada dos serviços e, geralmente, representam um fluxo contínuo de geração de direitos de receber por parte da Companhia em contraparte ao fornecimento de serviços.

15.2 Composição

As receitas operacionais da Companhia advêm da prestação de serviços de operação e manutenção da Rodovia Presidente Dutra – BR 116 / RJ-SP, executados pelo consórcio COPER, no qual a Companhia possui participação de 32,67%, conforme comentado no contexto operacional.

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Serviços de operação e manutenção	177.905	150.557
Total da receita bruta	177.905	150.557
Impostos sobre a receita bruta	(20.426)	(12.002)
Total da receita líquida dos serviços prestados	157.479	138.555

16. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DOS CUSTOS E DESPESAS RECONHECIDOS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Gastos com pessoal	(56.034)	(45.234)
Serviços de terceiros	(46.058)	(32.093)
Materiais	(6.985)	(4.322)
Despesa tributária	(3.094)	(2.508)
Depreciação e amortização	(15.164)	(1.324)
Outras	(763)	(2.101)
	(128.098)	(87.582)
Custos dos serviços prestados	(72.615)	(52.732)
Despesas gerais e administrativas	(55.483)	(34.850)

Os custos dos serviços prestados são provenientes da participação da Companhia no consórcio COPER.

17. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDO

O valor das outras receitas e despesas apresentada na demonstração do resultado consolidado é composto como segue:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Resultado na venda das debêntures da LIQ (a)	-	(90.409)
Outros (b)	1.483	53
	1.483	(90.356)

(a) Refere-se ao resultado na venda das debêntures da Liq Participações S.A., adquiridas pela Companhia em agosto de 2018 e vendidas em maio de 2019.

(b) Em 31 de dezembro de 2020, se refere, substancialmente, ao ganho na variação de participação na investida Evoluta Energia Participações S.A.

18. RESULTADO FINANCEIRO

18.1 Política contábil

As receitas financeiras compreendem, basicamente, os juros provenientes dos rendimentos de aplicações financeiras, os quais são registrados no resultado do exercício e atualizações monetárias sobre tributos a recuperar.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros apropriados sobre os passivos financeiros, especialmente empréstimos bancários e debêntures, e a remuneração sobre cessão de direitos creditórios oriundos da operação do consórcio COPER. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis também são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

18.2 Composição

O resultado financeiro é composto por:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	830	6.374
Juros sobre créditos com partes relacionadas	9.215	5.033
Outras receitas financeiras	271	3.024
	10.316	14.431
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos bancários e debêntures	(119.357)	(173.042)
Remuneração sobre direitos creditórios	(19.432)	(25.323)
Outras despesas financeiras	(7.448)	(7.651)
	(146.237)	(206.016)
Total das receitas e despesas financeiras, líquido	(135.921)	(191.585)

19. RESULTADO POR AÇÃO

19.1 Política contábil

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias. O lucro ou prejuízo por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos financeiros potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, no período e no exercício apresentados. A Companhia avalia constantemente se está exposta a instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

19.2 Composição

Conforme requerido pelo CPC 41 - Resultado por ação (IAS 33), a Companhia deve calcular o resultado básico e diluído por ação, considerando o resultado líquido atribuível aos acionistas dividido pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício. No cálculo efetuado, foi considerada a remuneração adicional de 10% que as ações preferenciais fazem jus frente as ações ordinárias, conforme definido no Estatuto da Companhia.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o resultado básico por ação pode ser diluído, em função da conversibilidade das debêntures referentes a 1º emissão da Companhia, e os cálculos podem ser assim demonstrados:

Resultado básico por ação (Em milhares, exceto valor por ação)	31/12/2020	31/12/2019
Resultado líquido do exercício	(148.478)	(119.041)
Resultado líquido atribuível aos acionistas - ajustado	(148.478)	(119.041)
Numerador		
Resultado disponível aos acionistas ordinários	(46.401)	(37.201)
Resultado disponível aos acionistas preferenciais	(102.077)	(81.840)
Resultado líquido atribuível aos acionistas - ajustado	(148.478)	(119.041)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	430.811	430.811
Média ponderada de número de ações preferenciais	861.585	861.585
Total	1.292.396	1.292.396
Resultado básico por ação atribuído aos acionistas		
por ação ordinária	(0,1077)	(0,0864)
por ação preferencial	(0,1185)	(0,0950)

Resultado diluído por ação (Em milhares, exceto valor por ação)	31/12/2020	31/12/2019
Resultado líquido do exercício	(148.478)	(119.041)
(+) Juros aos detentores de instrumentos conversíveis	14.071	17.210
Resultado líquido atribuível aos acionistas - ajustado	(134.407)	(101.831)
Numerador		
Resultado disponível aos acionistas ordinários	(40.815)	(32.344)
Resultado disponível aos acionistas preferenciais	(93.592)	(69.487)
Resultado líquido atribuível aos acionistas - ajustado	(134.407)	(101.831)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	430.811	430.811
Média ponderada de número de ações preferenciais	1.033.090	1.049.802
Total	1.463.901	1.480.613
Resultado diluído por ação atribuído aos acionistas		
por ação ordinária	(0,0947)	(0,0751)
por ação preferencial	(0,0906)	(0,0662)

20. GESTÃO DE RISCOS E ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Exposição a riscos financeiros

Os mapeamentos de riscos foram segregados em três categorias: (a) Risco de mercado, é o risco de alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio e taxas de juros irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo de gerenciar esse risco é controlar as exposições de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno; (b) Risco de liquidez, que é o risco de que a companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro; e (c) Risco de crédito, que é o risco de incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

(a) Gestão do risco de mercado

Exposição a riscos de taxas de juros

O resumo da exposição dos instrumentos financeiros da Companhia às taxas pós-fixadas, conforme reportado à Administração, está apresentado a seguir:

Taxa de juros pós-fixada	Taxa	Controladora e Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019
Ativos			
Certificados de depósito bancário (CDB)	CDI	4.151	32.778
Operações compromissadas	CDI	-	3.069
Fundos de investimento	CDI	14.057	-
		18.208	35.847
Passivos			
Debêntures	CDI	1.854.946	1.858.231
Debêntures	TJLP	319.831	332.320
		2.174.777	2.190.551

Análise de sensibilidade

Em 31 de dezembro de 2020, a exposição da Companhia ocorre em função de ativos e passivos financeiros que estão sujeitos aos seguintes indicadores:

Indexadores	Risco	31/12/2020	Período até 31 de dezembro de 2021				
		Cenário atual	Cenário Base	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI	Variação CDI	0,0190	0,0190	0,0095	0,0143	0,0238	0,0285
TJLP	Variação TJLP	0,0455	0,0439	0,0220	0,0329	0,0549	0,0659

- **Cenário atual:** refere-se ao cenário real no encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2020;
- **Cenário base:** elaborado com base nas informações reais disponíveis no dia 08 de março de 2021, extraídas de fontes confiáveis do mercado financeiro como Banco Central e CETIP, sendo que a Companhia considerou como provável em função de ser uma informação atualizada até o mês anterior ao da data de aprovação destas demonstrações financeiras;
- **Cenários I, II, III e IV:** conforme mencionado anteriormente, refere-se à sensibilidade nas variações em relação ao cenário base, em -50%, -25%, 25% e 50%, respectivamente.

A sensibilidade dos instrumentos financeiros com base nas premissas descritas acima, pode ser assim demonstrada:

Ativos financeiros		31/12/2020	Período até 31 de dezembro de 2021				
Operação	Risco	Cenário atual	Cenário Base	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Certificados de depósito bancário	Variação CDI	4.151	4.151	4.112	4.131	4.171	4.190
Fundos de investimento	Variação CDI	14.057	14.057	13.923	13.990	14.124	14.191
		18.208	18.208	18.035	18.122	18.294	18.381
Efeito de ganho (perda)			-	(173)	(86)	86	173

Passivos financeiros		31/12/2020	Período até 31 de dezembro de 2021				
Operação	Risco	Cenário base	Provável	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Debêntures	Variação CDI	1.854.946	1.854.946	1.837.324	1.846.135	1.863.757	1.872.568
Debêntures	Variação TJLP	319.831	319.319	312.310	315.815	322.824	326.328
		2.174.777	2.174.265	2.149.634	2.161.949	2.186.581	2.198.896
Efeito de ganho (perda)			512	24.631	12.316	(12.316)	(24.631)
Efeito de ganho (perda), líquido			512	24.458	12.229	(12.229)	(24.458)

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, os principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019. Os ativos e passivos financeiros da Companhia, apresentados no balanço patrimonial consolidado e reconhecidos através do valor justo, não apresentam diferença significativa para seus valores contábeis. Para aqueles ativos e passivos financeiros registrados a valor justo, demonstramos também os respectivos níveis de hierarquia do valor justo:

	31/12/2020				
	Valor contábil			Valor Justo	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 3
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	546	13.992	14.538	546	-
Títulos e valores mobiliários	5.780	4.216	9.996	5.780	-
Contas a receber de clientes	-	14.338	14.338	-	-
Créditos com partes relacionadas	-	269.750	269.750	-	-
	6.326	302.296	308.622	6.326	-
Passivos					
Empréstimos bancários e debêntures	-	(2.174.777)	(2.174.777)	-	-
Fornecedores	-	(7.635)	(7.635)	-	-
Débitos com partes relacionadas	(10.038)	-	(10.038)	-	(10.038)
Débitos com partes relacionadas - consórcio	(370)	-	(370)	-	(370)
Financiamento de arrendamentos	-	(85)	(85)	-	-
	(10.408)	(2.182.497)	(2.192.905)	-	(10.408)

	31/12/2019				
	Valor contábil			Valor Justo	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 3
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	952	3.069	4.021	952	-
Títulos e valores mobiliários	-	32.778	32.778	-	-
Contas a receber de clientes	-	11.670	11.670	-	-
Créditos com partes relacionadas	-	225.369	225.369	-	-
Créditos com partes relacionadas - consórcio	1.305	-	1.305	-	1.305
	2.257	272.886	275.143	952	1.305
Passivos					
Empréstimos bancários e debêntures	-	(2.190.551)	(2.190.551)	-	-
Fornecedores	-	(6.361)	(6.361)	-	-
Débitos com partes relacionadas	(713)	-	(2.334)	-	(713)
Débitos com partes relacionadas - consórcio	(2.529)	-	(2.529)	-	(2.529)
Financiamento de arrendamentos	-	(1.461)	(1.461)	-	-
	(3.242)	(2.198.373)	(2.203.236)	-	(3.242)

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e sua controlada não mantinham instrumentos financeiros não registrados contabilmente e não possuíam transações de derivativos com o propósito de especulação.

(b) Gestão do risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado pela Diretoria e monitorado pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez é elaborado tendo em vista as necessidades de captação e a gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequados recursos financeiros disponíveis em caixa e equivalentes de caixa e por meio de linhas de crédito para captação de empréstimos, com base no monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e operacionais.

(c) Gestão do risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas por inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar estes riscos, a

Companhia procura fazer a alocação de suas reservas financeiras em instituições financeiras consolidadas e com perfil de baixo risco de crédito.

21. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – PRINCIPAIS TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

Conforme determinado pelo CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa, a Companhia apresenta a seguir a relação das transações de investimento e financiamento ocorridas nos exercícios de 2020 e 2019 que alteraram posições patrimoniais, porém, não afetaram o caixa.

	31/12/2020	31/12/2019
Ajustes de avaliação patrimonial, reflexos	65.724	(1.379)
Alteração de participação em investida (Evolua)	1.495	-
Alteração de participação em investida (SAAG)	-	(772)
Custos de transação que não afetaram o caixa	1.928	(18.309)
Ajuste a valor de realização de títulos e valores mobiliários	-	(88.159)
	69.146	(108.619)

22. OUTROS ASSUNTOS

COVID-19 – Coronavírus

Informações da Companhia

Considerando que a pandemia do COVID-19 tem afetado todos os setores da economia em nível global e a declaração de estado de calamidade pública feita pelo Governo Federal e referendado pelo Congresso Nacional, a Companhia informa que está tomando todas as medidas ao seu alcance para garantir a continuidade de suas atividades, diminuir os impactos desta situação imprevisível mediante tratamento com seus clientes, fornecedores, credores, funcionários e demais interessados, bem como elaborando cenários dos possíveis impactos em suas operações.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Segmento Rodovias, Mobilidade Urbana e Aeroportos

CCR

Coronavírus

Conforme Comunicados ao Mercado divulgados semanalmente pela CCR, verificou-se no período de 19 de março a 25 de março de 2021, em comparação com o mesmo período dos anos de 2020 e 2019, os seguintes efeitos na demanda:

Comparações entre 2021 x 2020:

Unidade	Veículos equivalentes					
	19 a 25/março/2021 vs 19 a 25/março/2020			01/janeiro/2021 a 25/março/2021 vs 01/janeiro/2020 a 25/março/2020		
	Passeio	Comercial	Total	Passeio	Comercial	Total
CCR	33,70%	11,10%	17,80%	-10,70%	9,10%	-0,10%
CCR sem ViaSul(1)	33,10%	11,00%	17,60%	-12,00%	6,50%	-1,90%
CCR INFRA SP(2)	30,40%	8,90%	16,20%	-13,10%	7,50%	-2,90%
AutobAn	28,90%	8,80%	14,80%	-16,60%	9,10%	-3,00%
ViaOeste	38,60%	12,20%	23,30%	-9,60%	7,30%	-2,70%
CCR LAM VIAS (2)	41,30%	14,20%	20,60%	-5,80%	11,30%	4,40%
CCR LAM VIAS sem Via Sul(2)	41,90%	14,70%	20,60%	-8,90%	4,90%	0,00%
NovaDutra	37,10%	12,30%	18,00%	-10,20%	5,30%	-0,20%
RodoNorte	13,60%	16,50%	16,10%	-15,60%	3,40%	-1,20%
MSVia	20,50%	15,90%	16,70%	-7,30%	8,30%	4,50%

(1) ViaSul início de cobrança em 15 de fevereiro de 2019 (P2 e P3) e 9 de fevereiro de 2020 nas demais praças (P1, P4, P5, P6 e P7)

(2) CCR INFRA SP e CCR LAM VIAS consolidam dados de outras concessões, além das sociedades de capital aberto mencionadas acima.

Unidade	Passageiros	
	19 a 25/março/2021 vs 19 a 25/março/2020	01/janeiro/2021 a 25/março/2021 vs 01/janeiro/2020 a 25/março/2020
CCR Mobilidade	28,10%	-46,50%

Unidade	Passageiros	
	19 a 25/março/2021 vs 19 a 25/março/2020	01/janeiro/2021 a 25/março/2021 vs 01/janeiro/2020 a 25/março/2020
CCR Aeroportos	3,90%	-56,10%

Comparações entre 2021 x 2019:

Unidade	Veículos equivalentes					
	19 a 25/março/2021 vs 19 a 25/março/2019			01/janeiro/2021 a 25/março/2021 vs 01/janeiro/2019 a 25/março/2019		
	Passeio	Comercial	Total	Passeio	Comercial	Total
CCR	-26,00%	19,20%	-1,30%	-6,40%	19,90%	7,40%
CCR sem ViaSul(1)	-29,30%	13,00%	-6,00%	-14,60%	11,00%	-1,10%
CCR INFRA SP(2)	-32,10%	10,70%	-10,70%	-16,10%	10,70%	-3,20%
AutobAn	-36,60%	12,10%	-10,90%	-19,10%	13,90%	-2,30%
ViaOeste	-27,90%	16,50%	-9,80%	-11,50%	14,10%	-1,50%
CCR LAM VIAS (2)	-8,40%	32,80%	18,20%	20,20%	34,40%	28,90%
CCR LAM VIAS sem Via Sul(2)	-19,70%	16,90%	4,70%	-10,20%	11,40%	3,40%
NovaDutra	-22,90%	2,90%	-5,50%	-10,60%	10,80%	3,00%
RodoNorte	-30,50%	37,70%	23,20%	-14,10%	17,90%	9,40%
MSVia	-11,20%	15,20%	9,60%	-8,00%	3,20%	0,60%

(1) ViaSul início de cobrança em 15 de fevereiro de 2019 (P2 e P3) e 9 de fevereiro de 2020 nas demais praças (P1, P4, P5, P6 e P7)

(2) CCR INFRA SP e CCR LAM VIAS consolidam dados de outras concessões, além das sociedades de capital aberto mencionadas acima.

Unidade	Passageiros	
	19 a 25/março/2021 vs 19 a 25/março/2019	01/janeiro/2021 a 25/março/2021 vs 01/janeiro/2019 a 25/março/2019
CCR Mobilidade	-61,00%	-45,10%

Unidade	Passageiros	
	19 a 25/março/2021 vs 19 a 25/março/2019	01/janeiro/2021 a 25/março/2021 vs 01/janeiro/2019 a 25/março/2019
CCR Aeroportos	-61,60%	-57,40%

Receita líquida de receita de construção

	01/01/2021 a 31/01/2021	01/01/2020 a 31/01/2020	% Var.
AutoBAN	170.752	176.259	-3%
ViaOeste	77.866	80.699	-4%
RodoAnel Oeste	20.954	21.123	-1%
Renovias (a)	34.115	35.958	-5%
SPVias	53.113	53.147	0%
CCR Infra SP	356.800	367.186	-3%
NovaDutra	113.334	116.764	-3%
RodoNorte	67.042	69.635	-4%
ViaLagos	14.519	15.117	-4%
MSVia	24.045	22.646	6%
ViaRio (a)	11.811	11.746	1%
ViaSul ¹	36.855	19.866	86%
CCR Lam Vias	267.606	255.774	5%

¹ ViaSul: Início de cobrança em 15/02/2019, nas praças P2 e P3 e início em 09/02/2020 nas demais praças (P1, P4, P5, P6 e P7)

	01/01/2021 a 31/01/2021	01/01/2020 a 31/01/2020	% Var.
ViaQuatro	25.502	49.002	-48%
Barcas	2.957	10.911	-73%
Metrô Bahia	69.018	71.144	-3%
VLT Carioca ¹ (a)	19.336	78.534	-75%
ViaMobilidade ²	15.396	24.976	-38%
CCR Mobilidade	132.209	234.567	-44%

¹VLT Carioca: Início da Linha 3 em 26/10/2019.

²ViaMobilidade (Linha 5 e 17): Em 2019, Ramp-up e inauguração da estação Campo Belo.

	01/01/2021 a 31/01/2021	01/01/2020 a 31/01/2020	% Var.
Aeris	11.228	31.869	-65%
Quiport (a)	17.334	57.476	-70%
Curaçao	4.197	12.671	-67%
BH Airport	12.940	20.919	-38%
CCR Aeroportos	45.699	122.935	-63%

(a) Valores apresentados em 100%, sem consideração da participação do Grupo CCR.

CCR – Contratação de Swap

Em 13 de janeiro de 2021, foram firmados dois contratos de swap para proteção de 100% da 2ª série de 14ª emissão de debêntures, trocando IPCA + 4,25% a.a. para CDI + 1,76% a.a..

CCR – Capital de giro

Em 29 de janeiro de 2021, ocorreu o pagamento antecipado de operações de Capital de Giro com o Banco Santander no montante de R\$500.000.

NovaDutra – Extensão de prazo

A CCR divulgou Fato Relevante em 23 de fevereiro de 2020, onde informou que, conforme divulgado pela ANTT no website dela, a sua Diretoria Colegiada aprovou na 889ª Reunião de Diretoria, a celebração de termo aditivo ao Contrato de Concessão nº PG-137/95-00, referente à Rodovia Presidente Dutra (BR-116 RJ/SP), que tem como partes a ANTT e a NovaDutra, tendo por objeto a prorrogação do Contrato de Concessão por um período adicional de 12 meses, estendendo a concessão até 28/02/2022.

Em 25 de fevereiro de 2021, a CCR divulgou Fato relevante complementar informando a assinatura do 13º aditivo ao contrato de concessão da NovaDutra naquela data.

Redução de Participação Acionária

Em 29 de março de 2021, a CCR divulgou Fato relevante informando que recebeu, nesta data, comunicado da Capital Research Global Investors (CRGI) informando a redução de participação que a CRGI administra em ações ordinárias de emissão da CCR, passando de 205.900.129 (duzentas e cinco milhões, novecentas mil e cento e vinte e nove) ações ordinárias, correspondentes a 10,19% de participação acionária, para 201.657.049 (duzentos e um milhões, seiscentas e cinquenta e sete mil e quarenta e nove) ações ordinárias, que representam 9,98% dessa espécie de ação

Segmento Madeira Energia

MESA

Em 03 de fevereiro de 2021, a Santo Antônio Energia S.A., controlada da MESA, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada, comunicou, a seus acionistas e ao mercado em geral, que na mesma data requereu ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (“IBAMA”) o ajuste temporário da Licença de Operação Nº 1044/2011 - 1ª Renovação, 2ª Retificação, emitida 04.12.2019, em face da existência de parâmetros estabelecidos para a operação da Usina vis-à-vis às condições naturais do rio Madeira, especialmente o carregamento de grande quantidade de sedimentos, com o conseqüente assoreamento do seu leito.

O requerimento de ajuste temporário decorre da dificuldade de atendimento dos limites estabelecidos na referida Licença pelo agravamento do fenômeno do assoreamento mencionado, enquanto não aprovado o Projeto de Lei nº 11.133/2018 que tramita no Congresso Nacional desde 05 de dezembro de 2018. Referido Projeto de Lei estabelece a desafetação de uma área – definida pelas autoridades ambientais – equivalente a 0,03% do Parque Nacional Matinguari, no estado de Rondônia.

O atendimento dos parâmetros atualmente estabelecidos para operação da Usina, sem a desafetação a ser promovida pelo projeto de lei, implica a necessidade de deplecionamento do reservatório a um nível que colocaria em risco a integridade das instalações do Log Boom e paralisaria a operação do Sistema de Transposição de Peixes, cuja operação contínua é uma das condicionantes do licenciamento a ser permanentemente atendida.

A Santo Antônio Energia S.A. espera um pronto endereçamento da questão pelos órgãos ambientais, especialmente o IBAMA, considerando a elevação das vazões do rio Madeira que ocorre sazonalmente neste início de fevereiro, de modo a manter a operação normal da Usina, evitando o deplecionamento do reservatório, com as conseqüências citadas. Dessa forma, a empresa vem monitorando a evolução das vazões do rio Madeira e mantendo o IBAMA e demais autoridades informadas em razão da urgência da questão.

Em face desse monitoramento e à vista do aumento verificado na vazão do rio madeira, em 12 de fevereiro a Santo Antônio Energia S.A., controlada da MESA, entrou na 5ª Vara Federal de Porto Velho requerendo tutela de urgência, que lhe foi deferida em 13 de fevereiro, para que seja autorizada continuar operando a Usina sem colocar em risco a integridade das instalações e atendendo à confiabilidade do suprimento energético do Acre-Rondônia durante a pandemia, podendo eventualmente ultrapassar a cota estabelecida para o Parna Matinguari, até que o IBAMA aprecie o requerimento a ele apresentado.

Até o momento não foram identificados impactos a serem reconhecidos. A Santo Antônio Energia S.A., controlada da MESA, continuará mantendo os seus acionistas e o mercado devidamente informados sobre o andamento e as repercussões do tema.

24. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os membros da Diretoria da Companhia, em 01 de abril de 2021, tomaram conhecimento e aprovaram as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, e autorizaram a sua conclusão e divulgação.

DIRETORES

Renato Torres de Faria - Diretor-Presidente e de Relações com Investidores
José Henrique Braga Polido Lopes - Diretor de Investimentos
Saulo Alves Pereira Júnior - Diretor de Investimentos

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ricardo Coutinho de Sena – Presidente
Cláudio José de Castro Miserani
Paulo Roberto Reckziegel Guedes
Renato Torres de Faria

CONTADOR RESPONSÁVEL

Márcio Magno de Abreu
CRC MG 089.771/O-1